

*A Educação escolar primária
no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)*

*Israel Maria dos Santos Segundo
Marta Maria de Araújo*



Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Everton Rodrigues Barbosa

Fabício Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

Izabel Souza do Nascimento

Josenildo Soares Bezerra

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Morais

Coordenadora de Produção de Materiais**Didáticos**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenador Editorial

Mauricio Oliveira Jr.

Gestão do Fluxo de Revisão

Edineide Marques

Gestão do Fluxo de Editoração

Mauricio Oliveira Jr.

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS
(Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Morais Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD

Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ

Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

Lilian Giotto Zarus – CB

Marcos Aurélio Felipe – SEDIS

Maria Cristina Leandro de Paiva – CE

Maria da Penha Casado Alves – SEDIS

Nedja Suely Fernandes – CCET

Ricardo Alessandro de Medeiros Valentim –
SEDIS

Sulemi Fabiano Campos – CCHLA

Wicliffe de Andrade Costa – CCHLA

Revisão Linguístico-textual

Fabíola Barreto

Revisão de ABNT

Edineide Marques

Revisão Tipográfica

José Correia Torres Neto

Projeto gráfico e diagramação

Ana Beatriz Venceslau Coelho

Capa

Laura Viana

Israel Maria dos Santos Segundo
Marta Maria de Araújo

A Educação escolar primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904)



Fundada em 1962, a Editora da UFRN continua até hoje dedicada à sua principal missão: produzir impacto social, cultural e científico por meio de livros. Assim, busca contribuir, permanentemente, para uma sociedade mais digna, igualitária e inclusiva.

Publicação digital financiada com recursos do Fundo de Pós-graduação (PPG-UFRN). A seleção da obra foi realizada pela Comissão de Pós-graduação, com decisão homologada pelo Conselho Editorial da EDUFRN, conforme Edital nº 2/2019-PPG/EDUFRN/SEDIS, para a linha editorial Técnico-científica.

Catálogo da publicação na fonte. UFRN/Secretaria de Educação a Distância.

Segundo, Israel Maria dos Santos.

A Educação Escolar Primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904) [recurso eletrônico] / Israel Maria dos Santos Segundo e Marta Maria de Araújo. – 1. ed. – Natal : EDUFRN, 2023.
3186Kb.; 1 PDF.

ISBN 978-65-5569-326-3

1. Educação. 2. Educação – Escola Primária. 3. Educação – Rio Grande do Norte. 4. Educação – História. I. Araújo, Marta Maria de. II. Título.

CDU 37
S456e

Elaborada por Edineide da Silva Marques CRB-15/488.

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Sumário

Apresentação	6
Introdução	9
Capítulo Um	
A educação primária pública ordenada (1889-1892)	20
Capítulo Dois	
A educação primária pública em seus fundamentos e materialidade (1892-1896)	52
Capítulo Três	
A educação primária pública de cumprimento institucional pelo estado e municípios (1896-1900)	99
Capítulo Quatro	
A educação primária pública como dever dos municípios e do estado (1900-1904)	130
Conclusão	147
Referências	152
Autores	166

Apresentação

A educação formal continua a ser um dos principais desafios do processo civilizacional, especialmente por estar colocada no vórtice do mundo em transformação. Mais desafiador ainda é pensá-la como direito humano na amplitude de sua universalidade, gratuidade e laicidade. Este desenho se firmou a partir do pensamento moderno, base de toda tecnologia intelectual do ambiente histórico contemporâneo. Imagine-se esse cenário em países ocidentais de capitalismo avançado que promoveram suas revoluções burguesas a partir dos séculos XVIII e XIX e implantaram esse espírito educacional; e imagine-se um Brasil em fins do oitocentos, mal saído de uma monarquia de débil capitalismo e de fortes tintas aristocráticas, proclamando-se República. Some-se a isso as dragonas elitistas que até hoje vestem a política contemporânea brasileira.

Foi em tal clima que, no Brasil, a primeira Constituição republicana de caráter laico instituiu as competências educacionais repartidas entre União, estados e municípios na orquestração da educação formal, pública e gratuita. No entanto, uma coisa é o gesto legislativo e outra bem diferente é a lei que pousa no chão concreto das realidades tão díspares e cruamente objetivas dos estados federativos.

O livro que o leitor tem em mãos, e que terá o prazer de ler, é produto de uma investigação acadêmica que se dedicou com

engenho e arte a esse processo em seu nascedouro, no estado do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1889 e 1904. A publicação tem a virtude de combinar uma sólida reflexão jurídica com a oficina da História, especialmente aquela que tem como foco a Educação no tempo. Não se contenta somente com o complexo e, por vezes, insípido e necessário mundo das leis, mas enxerga na História uma variável que o Direito deve sempre considerar com esmero. E essa conjunção multiplicou o alcance de ambas as áreas, e soube combiná-las com maestria no presente livro, resultado de rigoroso exame científico.

Muito do brilhantismo dos trabalhos historiográficos está na sensibilidade do historiador e/ou da historiadora, no sentido de surpreender a eclosão do fenômeno que ainda não está plenamente maduro. A pesquisa, consubstanciada neste livro, acertou em flagrar esse processo inicial da política pública da educação primária no periférico Rio Grande do Norte. De sua análise, compreendemos as teias jurídicas estaduais para dar conta do ordenamento constitucional, assim como das ações concretas tomadas nessa direção. Durante os quinze anos de lapidação dessas diretrizes e das ações concretas, deu-se a história da educação, para além da letra escrita, em suporte de papéis. E a análise criteriosa e crítica mostra-se atenta a esse processo real que causou impacto na vida das pessoas de carne e osso, das pessoas que formaram suas almas educacionalmente, com docentes e estudantes na atmosfera cotidiana escolar. Para refazer esse percurso histórico, o trabalho metódico fez

uso de fontes documentais descobertas e inquiridas à exaustão, fazendo-as, dialeticamente, abrir-se para o instrumental teórico-metodológico (Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Amaro Cavalcanti e Carlos Roberto Jamil Cury), que ilumina sua análise de maneira elucidativa.

Por fim, mas não menos importante, há de se reconhecer os méritos da pesquisa acadêmica desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do Programa de Pós-Graduação em Educação, que tem como uma de suas prioridades a investigação da História da Educação no Brasil, em especial, no Rio Grande do Norte. Este livro é outro dos grandes avanços da pesquisa histórica feita com rigor acadêmico, e muita energia, para que o passado seja compreendido com os referenciais da ciência e o trabalho apaixonado de historiadores, historiadoras, educadores e educadoras.

Obra prima, nas corporações de ofício do Medievo, era aquela obra em que o artesão havia adquirido a maturidade e poderia, a partir dali, chamá-la de obra-mestra. Este livro, produto da artesanaria laboriosa e científica, conseguiu alçar a esta excelência. E ganhamos todos nós, cidadãos em constante luta pelos ideais republicanos de uma educação de qualidade, pública, gratuita e inclusiva.

Muirakytan K. de Macêdo

Natal, 13 de agosto de 2018.

Introdução

O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, publicado no governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1889-1891), proclamava, temporariamente, a nação brasileira como uma República de regime federativo. Por sua vez, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, instituiu à nação brasileira o regime federativo, o governo republicano e o exercício da representatividade. Esse acontecimento histórico da promulgação da Constituição de 1891 permitiu ao Brasil, como mostra Cury (2001), homologar e legitimar a passagem de um estado imperial unitário e centralizador para um estado federado, descentralizado e republicano.

A República federativa e representativa, política e juridicamente liberal, estabelecida na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), por sua vez, transferiu aos estados federados as incumbências relativas à educação primária (ou ensino primário público e laico) destinada às crianças, sujeitos de direitos civis dessa educação. A laicidade seria, pois, o princípio da educação pública republicana, ficando o princípio da gratuidade, mas não o da obrigatoriedade, sob a prescrição das Constituições estaduais.

Nos anos de 1889 a 1904, no estado federativo do Rio Grande do Norte, a formalização da educação primária e da

sua instituição escolar educadora, como encargos públicos das elites dirigentes republicanas, trazia implícito o requisito liberal às oportunidades socializadoras da escolarização primária como direito civil e social mínimo para meninos e meninas. Em termos mais gerais, essa é a reflexão notadamente circunscrita em cada capítulo do livro.

Fundamentos teóricos e metodológicos, objetivo e corpus documental

A educação pública e gratuita como direito civil e social (de competência dos estados federados e dos municípios) seria então intermediada pelos fundamentos políticos e jurídicos de um estado republicano nacional, federativo, laico e liberal. Considerando essa particularidade, respaldamo-nos em pensadores clássicos, como Rousseau (1997), Kant (2014) e Cavalcanti (1983), além de Cury (2007, 2010), para fundamentar, teórica e metodologicamente, a análise do *corpus* documental.

Pensar convenções e leis jurídicas que protejam e defendam cada indivíduo e seus bens foi o que motivou o filósofo Jean-Jacques Rousseau a escrever “*do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*”, em 1762. Com base no contrato social, sistematizado por Rousseau, o indivíduo perderia a sua liberdade natural e ganharia tanto a propriedade de todos os seus bens quanto uma liberdade civil, mas limitada pela vontade geral.

A base de todo o sistema social e político seria pactuada pelas leis públicas. Assim, para Rousseau (1997, p. 106), “[...] são, pois, necessárias convenções e leis para unir os direitos aos deveres, e conduzir a justiça a seu objetivo”. Para tanto, todos os direitos individuais ou sociais no estado republicano seriam fixados mediante leis públicas. Baseando-se nessa afirmação, teoriza Rousseau:

Chamo, pois, de *república* todo o Estado regido por leis, sob qualquer forma de administração que possa conhecer, pois só nesse caso governa o interesse público, e a coisa pública passa a ser qualquer coisa. Todo o governo legítimo é republicano (ROUSSEAU, 1997, p. 107-108).

É no governo, conforme Rousseau (1997, p. 137), que se encontram as forças intermediárias encarregadas da administração, “[...] cujas relações compõem a relação do todo com o todo ou do soberano com o Estado”. Por sua vez, Rousseau (1997, p. 138) como “[...] inúmeros acontecimentos podem mudar as relações de um povo, não só diversos governos podem ser bons para diferentes povos, mas também para o mesmo povo em épocas diferentes”. Para Rousseau, o que será, então, o governo?

É um corpo intermediário estabelecido entre os súditos e o soberano para sua mútua correspondência, encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, tanto civil como política (ROUSSEAU, 1997, p. 136).

O legislador na concepção rousseauniana, sob todos os aspectos, e por ofício, seria o sujeito que domina o conhecimento do direito público e do direito privado. Há, portanto, para as nações e para seu povo, as leis, a fim de que o povo já nasça disciplinado pela conveniência delas, tal como enuncia o autor:

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente, que todos nós recebemos da natureza, por uma existência parcial e moral. Em uma palavra, é preciso que destitua o homem de suas próprias forças para lhe dar outras que lhe sejam estranhas e das quais não possa fazer uso sem socorro alheio (ROUSSEAU, 1997, p. 110).

Na obra em que discute os elementos constitutivos de uma legislação ética e jurídica como fundamento das especificidades do Direito, o filósofo prussiano Immanuel Kant (2014, p. 127-128) teoriza o Estado (*civitas*) como “[...] a união de uma multidão de homens sob leis jurídicas [...] ideia essa que serve de diretiva (*norma*) para toda união efetiva numa república (portanto, internamente)”.

Conforme Kant, os poderes mediante os quais o Estado (*civitas*) é constituído – poder soberano (na pessoa do legislador), poder executivo (na pessoa do governante, no cumprimento das leis) e poder judiciário (na pessoa do juiz) – são, portanto,

[...] *em primeiro lugar*, coordenados entre si como outras tantas pessoas morais (*potestas coordinatae*), isto é, um é o complemento do outro para a completude (*complementum ad sufficientiam*) da constituição do Estado; mas, *em segundo lugar*, são também subordinados (*subordinatae*) uns aos outros, de tal maneira que um não pode usurpar ao mesmo tempo a função do outro, a qual auxilia, tendo cada qual seu próprio princípio, isto é, ordenando sempre na qualidade de uma pessoa particular, mas sob a condição da vontade de uma pessoa superior; *em terceiro lugar*, conferem a cada súdito seu direito, pela reunião dos dois momentos anteriores (KANT, 2014, p. 131, grifo do autor).

Pelas teorizações de Kant (2014, p. 161), o estado republicano não é outra coisa “[...] senão um *sistema representativo* do povo, para, em seu nome e pela união de todos os cidadãos, cuidar dos direitos do povo, por intermédio de seus delegados (deputados).” Por conseguinte, a própria vontade geral deve ser, imprescindivelmente, o fundamento originário de todos os contratos públicos ou de todos os direitos do povo.

Estudioso do regime federativo em seus fundamentos filosóficos, políticos e jurídicos, o norte-rio-grandense Amaro Cavalcanti teoriza sobre uma federação ou estado federal (aquele que reconhece a subsistência de seus componentes – os estados membros). À Federação, constituindo uma unidade política nacional, pertence o poder soberano da nação. Ademais, a Federação é a unificação indissolúvel dos estados federados. A nação federativa, como governo nacional, pressupõe, indispensavelmente,

[...] uma constituição *federal*, com um governo, dotado de todos os poderes, legislativo, executivo e judiciário, cuja ação estende-se, em maior ou menor escala, sobre os próprios negócios e interesses de cada um dos Estados federados. O limite desta intervenção vai até onde reclamem, não só, a independência da união e a ordem pública geral, mas, igualmente, os interesses gerais da civilização, da prosperidade pública, da garantia dos direitos dos cidadãos ou de cada membro da Federação, em uma palavra, os direitos e deveres de governo nacional soberano, tanto no que respeita aos negócios internos, como às relações externas do país (CAVALCANTI, 1983, p. 22).

Pelas teorizações de Cavalcanti (1983, p. 68), a União federativa, sendo, ao mesmo tempo, uma Federação ou um estado federal, é, naturalmente, em virtude de sua Constituição como instituição fundamental da nação, “[...] uma comunidade de indivíduos, dotada *em princípio* de competência *universal* para

todos os fins da vida humana como qualquer Estado simples ou ordinário [...]”. E é também da própria essência da União federativa a divisão de atribuições políticas e competências jurídicas entre o poder nacional e o poder estadual, abrangendo, em si, de acordo com Cavalcanti, a coparticipação dos estados membros no exercício da soberania diante daquele poder nacional.

Ainda, segundo Cavalcanti (1983, p. 79), a Federação é composta de todos os indivíduos de uma nação; “[...] é ela o composto das coletividades – os Estados federados – que subsistem, por força e em virtude da própria organização política, o Estado federal”. Numa federação republicana, o povo é, por conseguinte, o possuidor único da soberania nacional. Da divisão de poderes e atribuições governamentais – que são imprescindíveis numa federação entre União e estados – resultam, evidentemente, condições proveitosas para os indivíduos, no que concerne à consciência plena de seus direitos e deveres, como partícipes de uma coletividade nacional.

Pesquisador do regime federalista e da educação escolar, Cury (2007, p. 832) relaciona a forma federativa de Estado com as políticas públicas de Estado, particularmente a relativa à educação escolar. Por suas teorizações, a educação escolar no Brasil, desde a Independência e a instalação do regime republicano,

[...] esteve de alguma maneira ligada a políticas públicas desde que se considere essas últimas, entre outras coisas, como alguma forma de intervenção estatal na oferta e proteção de determinados direitos de cidadania (CURY, 2007, p. 832).

Também é Cury (2010, p. 149) que nos favorece com algumas definições pertinentes. A primeira é a distinção entre Estado Nacional e União Federativa. Sob a ótica desse autor, o Estado Nacional (no caso, a nação brasileira) é “[...] dotado de soberania, se rege nas relações com outros Estados pelo Direito Internacional.” Nesse sentido, somente os

[...] Estados soberanos – pessoas jurídicas de direito internacional público – e organizações internacionais reconhecidas podem celebrar acordos, tratados, convenções e declarações formais e oficiais entre Estados Nacionais (CURY, 2010, p. 149).

Em contrapartida, a dimensão política da União Federativa, segundo Cury (2010, p. 150), “[...] abriga em si o poder de gerar obrigações e deveres e de assegurar direitos emanados da Lei Maior em todo o território nacional”. Consequentemente, em face do Estado Nacional e da União Federativa, eleva-se “[...] um sistema federal de educação que, distinto do nacional, mas sob as normas nacionais, abrange as instituições e as redes que estão sob a jurisdição direta da União” (CURY, 2010, p. 151).

Por sua vez, da repartição de competências legislativas, normativas e financeiras, de acordo com Cury (2010, p. 152), “[...] resulta tanto a atuação de cada ente federativo, quanto da articulação conjunta de todos”. Ao se omitir o federalismo como forma de organização do Estado brasileiro, que assim o é desde 1889, pode-se incorrer em uma perda de substância na caracterização da análise das políticas educacionais. Não obstante,

[...] a investigação e análise de políticas educacionais não podem se alhear das incumbências que esse regime impõe à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal com suas características diferenciais e com suas responsabilidades em matéria de políticas educacionais (CURY, 2010, p. 151-152).

Para escrever uma história da educação no Rio Grande do Norte, concernente à temática – educação escolar primária e políticas públicas de estado federativo –, definimos como objetivo precípua refletir sobre a institucionalização da educação escolar primária, procurando esclarecer, nesse processo, as competências acumulativas do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte, em consonância com os preceitos constitucionais, republicanos, federativos, representativos e político-pedagógicos no período de 1889 (proclamação da República Federativa no Brasil e no Rio Grande do Norte) a 1904 (término do primeiro governo republicano e federativo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão).

O *corpus* documental deste trabalho histórico é, basicamente, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), as Constituições do estado do Rio Grande do Norte (1891, 1892, 1898), a legislação educacional nacional e estadual, os relatórios dos Diretores da Instrução Pública e as mensagens governamentais, além do material produzido pelos Deputados Constituintes, membros do Congresso Legislativo nacional e estadual, e representantes do poder executivo.

Plano do livro

O livro está estruturado em quatro capítulos. O Capítulo Um, *A educação primária pública ordenada (1889-1892)*, discute as disposições jurídicas e as proposições constitucionais, relativas à educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, postas em vigor nos governos provisórios e nos governos eleitos pelos constituintes no estado do Rio Grande do Norte (1889-1892).

O Capítulo Dois, *A educação primária pública em seus fundamentos e materialidade (1892-1896)*, reflete as políticas públicas estritas da educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, do governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, posteriores à promulgação da Constituição e à aprovação das leis públicas do estado do Rio Grande do Norte.

O Capítulo Três, *A educação primária pública de cumprimento institucional pelo estado e municípios (1896-1900)*, analisa as políticas públicas estritas da educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, e as determinações de competências relativas ao estado e aos municípios.

O Capítulo Quatro, *A educação primária pública como dever dos municípios e do estado (1900-1904)*, debate as políticas públicas estritas da educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, e das competências acumulativas entre os municípios e o estado do Rio Grande do Norte.

Este livro é destinado aos estudiosos da temática educação escolar primária pública e gratuita e políticas públicas de estado federativo, além das competências acumulativas da União, dos estados e dos municípios em consonância com os preceitos constitucionais, republicanos, federativos, representativos e político-pedagógicos. Em especial, é destinado aos estudiosos da história da educação escolar primária pública e gratuita no estado republicano e federativo do Rio Grande do Norte, como direito civil e social para meninos e meninas, mediante a competência acumulativa entre estado e municípios nesse período de 1889 a 1904.

Capítulo Um

A educação primária pública ordenada (1889-1892)

Brasileiros!

Está proclamada a República!

Povo, Exército e Armada, na mais patriótica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Império e firmam os seus foros de cidadãos.

Purificou-se enfim o Continente Novo!

Hoje, de um a outro polo, do Atlântico ao Pacífico, há uma só crença: a soberania popular é a lei americana. A alma nacional, inundada de júbilo, destitui o Império e firma-se na Capital brasileira um governo provisório composto do grande Quintino Bocaiúva, do invicto General Deodoro e do ilustre publicista Aristides Lobo. A República é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso.

Os ódios e rancores partidários não cabem em corações cheios da luz redentora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na história um lugar de honra, uma glória imortal.

13 de maio e 15 de novembro!

São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução política, social e econômica.

Viva a República!

Viva a Pátria Brasileira!

Viva o povo Norte-Rio-Grandense!

Viva o Governo Provisório!

Natal, 15 de novembro (VELHO, 1889; 1965b).

O acontecimento histórico da Proclamação da República (15 de novembro de 1889) proporcionou ao Brasil a transição de um estado imperial unitário para um estado federativo e republicano. No Rio Grande do Norte, o médico, professor, jornalista, chefe local do Partido Republicano e redator-chefe do Jornal *A República* (órgão de divulgação desse partido e de sua ideologia), Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, recebeu – nesse dia 15 de novembro de 1889 – um telegrama do escritor norte-rio-grandense e delegado do Partido Republicano no Rio de Janeiro,

José Leão Ferreira Souto, participando o ato da Proclamação da República na capital federal (Rio de Janeiro) e a instalação do Governo Provisório chefiado pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Nesse mesmo dia (15 de novembro de 1889), o político do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, Pedro Velho, publicou uma espécie de boletim, que mandou distribuir, contendo o *Manifesto da Proclamação da República* (epígrafe deste capítulo), por ele escrito. Por esse Manifesto, “A República é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso”.

O presente capítulo discute as disposições jurídicas e as proposições constitucionais, relativas à educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, postas em vigor nos governos provisórios e nos governos eleitos pelos constituintes no estado do Rio Grande do Norte (1889-1892).

Governo Provisório de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão

O acontecimento histórico do lançamento do Manifesto Republicano por Pedro Velho teve como desdobramento a sua designação para proclamar a República no estado e governar o Rio Grande do Norte provisoriamente. Pelas pesquisas de Câmara Cascudo (1965), Pedro Velho recebeu, na tarde do dia

16 de novembro de 1889, um telegrama do Ministro do Interior do Governo Provisório da República, Aristides da Silveira Lobo, com o seguinte texto: “Dr. Pedro Velho. – Assuma Governo, Proclame República. (ass.) – Aristides Lôbo”.

No dia seguinte (17 de novembro), no Palácio do Governo, foi proclamada a República no Rio Grande do Norte e aclamado governador do estado o chefe local do Partido Republicano, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Nessa solenidade, os cidadãos ali presentes,

[...] de acordo com o movimento republicano do País representado pelo Governo Provisório estabelecido no Rio de Janeiro, resolveram proclamar a República dos Estados Unidos do Brasil nesta Província hoje Estado do Rio Grande do Norte, o que sendo aprovado por todos com o maior entusiasmo e vivas demonstrações de regozijo público, pelo Capitão-Tenente Leôncio Rosa, foi aclamado presidente o Doutor Pedro Velho de Albuquerque Maranhão que, sendo unanimemente aceito no meio de aclamações gerais, assumiu a administração e tomou posse do governo do novo Estado do Rio Grande do Norte [...] (RIO GRANDE DO NORTE, 1965a, p. 135).

Com a Proclamação da República (Ata assinada por 243 presentes), o Rio Grande do Norte tornar-se-ia provisoriamente um estado federado, descentralizado, republicano e laico. Eleito governador do estado por aclamação, Pedro Velho governou o Rio Grande do Norte por dezenove dias (17 nov. 1889 a 6 dez. 1889).

No dia 21 de novembro de 1889, o governador provisório Pedro Velho divulgou o Manifesto *Ao Povo – Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, expondo os compromissos do governo republicano recém-instalado:

O governo deste Estado, legítimo e imediato representante do Povo, cujos direitos saberá respeitar e fazer respeitar em sua plenitude, tendo por norma e guia de seus passos – manter a ordem e assegurar a felicidade de seus concidadãos, certo de que a moralidade, justiça e energia de seu procedimento administrativo constituem a garantia mais perfeita do respeito à lei e à autoridade extraordinária de que se acha investido por aclamação do Povo e das classes militares, faz saber: – Que o advento da República dos Estados Unidos do Brasil é hoje fato brilhantemente consumado e irrevogável; Que a generosidade e o patriotismo dos beneméritos filhos da heroica revolução de 15 de novembro [...] estabelecendo por toda parte a confiança nas relações econômicas, patrióticas e sociais, internas e externas, é ainda a prova mais segura de que a harmonia se estabelece, não só nos Estados confederados da grande união brasileira, como também entre os briosos, leais, altivos e abnegados habitantes deste Estado, que afinal conquista a sua autonomia, afirmando-se como um povo digno dos melhores destinos, no seio da pátria [...]. Cidadãos: o Governo atual é do Povo e pelo Povo! (VELHO, 1889; 1965a, p. 278-279).

Por esse Manifesto de 1889, o governador Pedro Velho asseverava que, numa República Federativa, o povo era o destinatário da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. E ao governo

republicano e federativo caberia a honra do cumprimento dos deveres necessários à garantia desses direitos.

No seu breve governo de 19 dias, Pedro Velho nomeou uma Comissão Executiva para auxiliá-lo na ordenação das instituições próprias de um estado da federação. Para Diretor-Geral da Instrução Pública, o governador Pedro Velho nomeou o Juiz de Direito e jornalista Manuel do Nascimento Castro e Silva, que não chegou a apresentar um plano de reforma da educação escolar.

Governo Provisório de Adolpho Affonso da Silva Gordo

No dia 30 de novembro de 1889, o Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nomeou o político paulista Adolpho Affonso da Silva Gordo para governar o Rio Grande do Norte, o que se efetivou por, aproximadamente, 2 meses (6 dez. 1889 a 8 fev. 1890). Já no segundo dia de seu governo, Adolpho Affonso expediu o Decreto nº 1, de 7 de dezembro de 1889, dando ciência da adesão do Rio Grande do Norte à República Federativa Brasileira, nos termos que seguem:

Art. 1º. O Estado do Rio Grande do Norte adere à República Federativa Brasileira, nos termos em que foi proclamada provisoriamente pelo Governo Federal, no Decreto nº 1 de 15 de novembro último.

Art. 2º. O Estado do Rio Grande do Norte fica constituindo um dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 3º. O Governo deste Estado adotará com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade, dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros, na forma do citado Decreto.

Art. 4º As funções da Justiça ordinária, bem como as funções da Administração em seus diversos ramos, continuarão a ser exercidos pelos órgãos até aqui existentes, respeitados os direitos adquiridos pelos funcionários. Adolpho Affonso da Silva Gordo (RIO GRANDE DO NORTE, 1896a).

Mediante esse decreto, o governo provisório de Adolpho Gordo proclamava, oficialmente, a adesão do Rio Grande do Norte à República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, o que não havia sido feito por seu antecessor.

Passados 14 dias de seu governo, Adolpho Gordo expediu o Decreto nº 2, de 20 de dezembro de 1889, orçando a receita e fixando as despesas do estado para o ano seguinte. Por esse decreto, é possível constatar uma rede de escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário do estado do Rio Grande do Norte.

Tem-se, assim, o registro de que, nesse período de transição de um estado imperial unitário para um estado federativo e republicano, o Rio Grande do Norte possuía uma rede de 152

escolas primárias públicas classificadas de terceira, de segunda e de primeira entrâncias. Pela ordem hierárquica de importância, tinha-se, em primeiro lugar, 48 escolas primárias de terceira entrância, sendo 26 masculinas e 22 femininas, possuindo, respectivamente, o mesmo número de professores e professoras. Essas escolas de terceira entrância localizavam-se nas 12 maiores cidades-sede dos respectivos municípios norte-rio-grandenses. Havia, pois, uma média de 4 escolas de terceira entrância por cidade-sede de município (Quadro 1).

Quadro 1 - Aulas (Escolas) de 3ª Entrância –
Professores e Professoras (1889)
Cidades e Municípios do Rio Grande do Norte

Cidade	Município	Professores	Professoras	Número de Escolas
Natal (capital)	Natal	7	5	7 escolas masculinas 5 escolas femininas
Macaíba	Macaíba	1	2	1 escola masculina 2 escolas femininas
São José de Mipibu	São José de Mipibu	2	2	2 escolas masculinas 2 escolas femininas
Ceará-Mirim	Ceará-Mirim	2	2	2 escolas masculinas 2 escolas femininas
Macau	Macau	2	2	2 escolas masculinas 2 escolas femininas

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Canguaretama	Canguaretama	2	1	2 escolas masculinas 1 escola feminina
Mossoró	Mossoró	2	2	2 escolas masculinas 2 escolas femininas
Assú	Assú	2	1	2 escolas masculinas 1 escola feminina
Príncipe	Príncipe	2	2	2 escolas masculinas 2 escolas femininas
Imperatriz	Maioridade	2	1	2 escolas masculinas 1 escola feminina
Jardim do Seridó	Jardim do Seridó	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Apodi	Apodi	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
12 cidades-sede de municípios	12 municípios	26 Professores	22 Professoras	26 escolas masculinas 22 escolas femininas

Fonte: Rio Grande do Norte (1896b).

As 32 escolas de segunda entrância (segundo lugar em ordem de importância) localizavam-se em 16 vilas de 16 municípios. Por sua vez, 16 eram escolas masculinas e 16 femininas, possuindo, respectivamente, o mesmo número de professores e professoras. Havia, assim, uma média de 2 escolas nas sedes das vilas de igual número de municípios (Quadro 2).

**Quadro 2 - Aulas (Escolas) de 2ª Entrância –
Professores e Professoras (1889)
Vilas e Municípios do Rio Grande do Norte**

Vila	Município	Professores	Professoras	Número de Escolas
Papary	Papary	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Arez	Arez	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Goianinha	Goianinha	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Nova Cruz	Nova Cruz	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Santa Cruz	Santa Cruz	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Touros	Touros	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Angicos	Angicos	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Sant'Ana do Matos	Sant'Ana do Matos	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Triunfo	Triunfo	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Caraúbas	Caraúbas	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Portalegre	Portalegre	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
São Miguel	São Miguel	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Acari	Acari	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Serra Negra	Serra Negra	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Macaíba	Macaíba	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
16 Vilas	16 Municípios	16 Professores	16 Professoras	16 escolas masculinas 16 escolas femininas

Fonte: Rio Grande do Norte (1896b).

As 72 escolas de primeira entrância (terceiro lugar em ordem de importância) localizavam-se em 49 povoações de 21 municípios. Desse total, 46 eram escolas masculinas, 23 femininas e 3 mistas, contando, respectivamente, com 46 professores (23 professores e 23 professoras). Havia, aproximadamente, uma média de uma escola e meia para cada povoação pertencente a 21 municípios (Quadro 3).

**Quadro 3 - Aulas (Escolas) de 1ª Entrância –
Professores e Professoras (1889)
Povoações e Municípios do Rio Grande do Norte**

Povoação	Município	Professores	Professoras	Número de Escolas
Utinga	Natal	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Extremoz	Ceará-Mirim	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Ponta Negra	Natal	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Pirangi	Papary	1	-	1 escola masculina
Muriú	Ceará-Mirim	1	-	1 escola masculina
Espírito Santo	Jardim do Seridó	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Flor	Canguaretama	1	-	1 escola masculina
Santo Antonio de Goianinha	Goianinha	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Vera Cruz	São José de Mipibu	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Tibau	Goianinha	1	-	1 escola masculina
Capela	Ceará-Mirim	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Campo de Sant'Ana	Papary	1	-	1 escola masculina
Piau	Goianinha	1	-	1 escola masculina
Periquito	Jardim do Seridó	1	-	1 escola masculina
Guamaré	Macau	1	-	1 escola masculina
Areia Branca	Mossoró	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
São José do Príncipe	Serra Negra do Norte	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Currais Novos	Acari	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Flores de Acari	Acari	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Rosário	Assú	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Luiz Gomes	Pau dos Ferros	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Jardim de Piranhas	Príncipe	1	-	1 escola masculina
Parelhas	Jardim do Seridó	1	-	1 escola masculina
Maracajaú	Touros	1	-	1 escola masculina
Brejinho	Goianinha	1	-	1 escola masculina
Jardim de Angicos	Angicos	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
São Rafael	Sant'Ana do Matos	1	-	1 escola masculina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Santo Antônio (de Macaíba)	Macaíba	1	-	1 escola masculina
Vitória	Pau dos Ferros	1	-	1 escola masculina
São Sebastião	Mossoró	1	-	1 escola masculina
Patú	Majoridade	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
São Miguel de Jucurutú	Príncipe	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Tabatinga	Papary	1	-	1 escola masculina
Taipú	Ceará-Mirim	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Upanema	Triunfo	1	-	1 escola masculina
Sacramento	Sant'Ana do Matos	1	-	1 escola masculina
Panelas	Macaíba	1	-	1 escola masculina
Alcaçuz	Papay	1	-	1 escola masculina
Cuitezeiras	Canguaretama	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Laranjeiras dos Cosme	São José de Mipibu	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Parelhas do Assú	Assú	1	-	1 escola masculina
Lages	Angicos	1	-	1 escola masculina
Guanduba	Natal	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

São Gonçalo	Natal	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
São Fernando	Príncipe	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
[Serra de] São Bento	Nova Cruz	1	1	1 escola masculina 1 escola feminina
Poço Limpo	Natal	-	1	1 escola mista
Carapebas	Angicos	-	1	1 escola mista
Barriguda	Maioridade	-	1	1 escola mista
49 Povações	21 Municípios	46 professores	26 professoras	46 escolas masculinas 23 escolas femininas 3 escolas mistas

Fonte: Rio Grande do Norte (1896b).

Nesse Governo Provisório de Adolpho Gordo, a educação escolar primária pública – institucionalizada nas escolas (à época, chamadas de cadeiras) estaduais de primeira, segunda e terceira entrâncias, com seus professores e professoras, além dos seus sujeitos destinatários do direito civil e social de estudar e de aprender (alunos e alunas) – estava orientada pelo Diretor-Geral da Instrução Pública, o Juiz de Direito e jornalista Manuel do Nascimento Castro e Silva. Por aquele Decreto nº 2, de 1889, o governador Adolpho Gordo estabeleceu o que segue: i) As escolas de primeira entrância (femininas) passavam a ser mistas; ii)

As escolas de terceira entrância (de ambos os sexos) seriam suprimidas nos lugares onde houvesse mais de um professor ou professora, mas quando estes vagassem.

Em sua mensagem, dirigida ao Congresso Legislativo (RIO GRANDE DO NORTE, 1890a, p. 8), o governador Adolpho Gordo enalteceu o regime republicano, por ser este compatível com os princípios das ciências sociais, da liberdade, da dignidade, da paz e da prosperidade para os estados da federação. Nesse modelo republicano, a educação pública era, a seu ver, “[...] a base mais segura da prosperidade de um povo, e a mais fecunda de todas as medidas econômicas”.

Assim compreendendo a educação pública, o governador Adolpho Gordo nomeou uma comissão de distintos cidadãos para formular o necessário projeto de reforma da educação, orientado pelas seguintes prioridades: i) a descentralização do ensino primário; ii) a fiscalização do trabalho do professor sob a responsabilidade de comissões municipais; iii) a garantia completa dos direitos dos professores e o recebimento regular dos seus ordenados; iv) a criação de uma escola normal para o preparo pedagógico do professor; v) a destinação de verbas compreendidas na receita do orçamento para a educação primária; vi) a criação de um Conselho Superior para dirigir a Diretoria da Instrução Pública e outras medidas educacionais de conformidade com as leis seguidas pelos povos cultos. Esse

projeto de reforma não chegou a bom termo, por duas razões que se sobrepuseram ao obstinado empenho do governador: o limitado tempo de sua permanência no poder e o agravamento do seu estado de saúde.

Governo Provisório de Jeronymo Americo Raposo da Camara

No dia 8 de fevereiro de 1890, o Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, conforme as pesquisas de Câmara Cascudo (1984) e Araújo (1979), autorizou o Magistrado e Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte, Jeronymo Americo Raposa da Camara, a governar, provisoriamente, o estado. Durante seu governo, de, aproximadamente, 30 dias (8 fev. 1890 a 10 mar. 1890), manteve o Diretor-Geral da Instrução Pública, Manuel do Nascimento Castro e Silva.

Em sua mensagem dirigida ao Congresso Legislativo (RIO GRANDE DO NORTE, 1890b), o governador provisório, Jeronymo Camara, afirmava que a educação escolar, como serviço público, não havia sido ainda objeto de reforma educacional. O certo é que o Rio Grande do Norte ainda não havia eleito um Congresso Constituinte para ordenar a primeira Constituição republicana e federativa do estado.

Como governador provisório, a única medida de Jeronymo Camara, referente à educação pública, foi a expedição do Decreto nº 15, de 3 de março de 1890, ordenando a supressão de escolas de terceira entrância onde houvesse mais de uma escola diurna e mais de uma noturna, quando vagasse uma delas.

Governo Provisório de Joaquim Xavier da Silveira Júnior

No dia 8 de fevereiro de 1890, o Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nomeou o advogado Joaquim Xavier da Silveira Júnior como governador provisório do Rio Grande do Norte. Pela primeira vez, foi nomeado um vice-governador provisório – o médico, professor e jornalista Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Esse Governo Provisório de Joaquim Xavier da Silveira Júnior administrou o estado por, aproximadamente, 6 meses e 9 dias (10 mar. 1890 a 19 set. 1890). Para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, o governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior nomeou o advogado e político Antônio de Amorim Garcia. Nesse breve governo, nenhuma mensagem foi dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador, bem como nenhuma medida relativa à educação escolar foi decretada.

Em contrapartida, foi no decorrer desse Governo que se realizou a primeira eleição republicana para o Congresso Constituinte

Nacional (15 de setembro de 1890), sendo eleitos os seguintes representantes do Rio Grande do Norte para elaborar a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: Amaro Cavalcanti, José Bernardo de Medeiros e José Pedro de Oliveira Galvão (senadores constituintes); e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Almino Álvares Afonso, Antônio de Amorim Garcia e Miguel Joaquim de Almeida Castro (deputados constituintes).

Quatro dias após as eleições para o Congresso Constituinte Nacional (19 de setembro de 1890), alegando problemas de saúde de sua esposa, Joaquim Xavier da Silveira Júnior transferiu o Governo do Rio Grande do Norte ao vice-governador provisório Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Governo Provisório de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão

No dia 19 de setembro de 1890, o vice-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão assumiu o Governo Provisório do Rio Grande do Norte, administrando o estado por, aproximadamente, 1 mês e 20 dias (19 set. 1890 a 8 nov. 1890), período que antecedeu o Congresso Constituinte Nacional, para o qual fora eleito deputado constituinte. Para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, o governador Pedro Velho nomeou o médico Manoel Ronaldsa de Castilho Brandão.

Pelo Decreto nº 72, de 6 de novembro de 1890 (RIO GRANDE DO NORTE, 1896d), o governo de Pedro Velho decretou o restabelecimento das escolas primárias masculina e feminina das povoações de Muriú (município de Ceará-Mirim) e Piató (município de Assú), passando a escola feminina a ser mista. A escola feminina da povoação de Maracajaú (município de Touros) foi transformada em escola mista. Por sua vez, a escola feminina da povoação de Campo de Santana (município de Papary) foi extinta.

Como deputado constituinte, Pedro Velho foi representar o Rio Grande do Norte no Congresso Constituinte Nacional, instalado, em 15 de novembro de 1890, pelo Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Governo Provisório de João Gomes Ribeiro

No dia 11 de outubro de 1890, o Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nomeou o professor e jornalista João Gomes Ribeiro como governador provisório do Rio Grande do Norte, tendo este governado o estado por, aproximadamente, 1 mês (8 nov. 1890 a 7 dez. 1890), período em que foi mantido o Diretor-Geral da Instrução Pública, o médico Manoel Ronaldsa de Castilho Brandão. Nesse breve governo, nenhuma mensagem foi dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador, bem como nenhuma medida relativa à educação

escolar foi decretada. Ao deixar o Governo Provisório do Rio Grande do Norte, o professor e jornalista João Gomes Ribeiro transferiu-o para o Juiz de Direito e jornalista Manuel do Nascimento Castro e Silva.

Governo Provisório de Manuel do Nascimento Castro e Silva

No dia 6 de dezembro de 1890, o Governo Provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nomeou Manuel do Nascimento Castro e Silva como governador provisório do Rio Grande do Norte. Governando o estado por, aproximadamente, 3 meses (7 dez. 1890 a 2 mar. 1891), manteve o Diretor-Geral da Instrução Pública, o médico Manoel Ronaldsa de Castilho Brandão.

Em matéria de educação, este governador imediatamente decretou o restabelecimento da escola primária masculina de primeira entrância, da vila de São João do Sabugi, no município de Serra Negra do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 1896f); a elevação à categoria de segunda entrância da escola primária de primeira entrância, da vila de São Gonçalo, no município de Natal (RIO GRANDE DO NORTE, 1896g); e o restabelecimento da escola primária masculina de primeira entrância da povoação de Taipú, no município de Ceará-Mirim (RIO GRANDE DO NORTE, 1896h). Como fica evidente, os sujeitos destinatários do restabelecimento das escolas primárias seriam, apenas, alunos do sexo masculino.

Nesse breve Governo Provisório de Manuel do Nascimento Castro e Silva, consoante pesquisa de Câmara Cascudo (1965), foi promulgada a primeira Constituição do Rio Grande do Norte, elaborada por uma comissão de juristas locais (Ferreira Chaves, Amyntas Barros, Diógenes da Nóbrega e Brás de Andrade Melo).

Essa primeira Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada pelo governador provisório Manuel do Nascimento Castro e Silva (RIO GRANDE DO NORTE, 1896e), visava consagrar os princípios republicanos, federativos e representativos nas instituições públicas do estado.

Nos termos dessa Constituição do Rio Grande do Norte (1896e, p. 132), ao Poder Legislativo (representado pelo Congresso Legislativo) caberia auxiliar o Poder Executivo (representado pelo governador e vice-governador) no desenvolvimento das ciências, letras e artes no estado,

[...] instituindo, mantendo ou subvencionando escolas e quaisquer outros estabelecimentos de instrução primária, secundária, profissional ou superior, gratuita nas aulas de ensino elementar, e, em todos os graus, livre e leiga.

O município, conforme a Constituição do Rio Grande do Norte (1896e, p. 140), seria representado pelo Conselho Municipal, ao qual caberia a seguinte atribuição: “Estabelecer, custear ou subvencionar casas de beneficências, escolas publicas e

quaisquer instituições de educação [...] sendo o ensino municipal gratuito e leigo.”

O governador provisório Manuel do Nascimento Castro e Silva foi exonerado desse cargo, pelo Governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, 2 meses e 8 dias (2 de março de 1891) antes das eleições para o Congresso Constituinte do Estado.

Governo Provisório de Francisco Amyntas da Costa Barros

No dia 28 de fevereiro de 1891, o Governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca nomeou (ainda no exercício do Governo Provisório de Manuel do Nascimento Castro e Silva) o Juiz de Direito aposentado Francisco Amyntas da Costa Barros como governador provisório do Rio Grande do Norte, o qual governou o estado por, aproximadamente, 3 meses e 10 dias (2 mar. 1891 a 13 jun. 1891). Para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública, o governador nomeou o Juiz de Direito Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda.

O governador provisório Amyntas Barros, em matéria de educação, decretou a elevação à categoria de terceira entrância da escola primária masculina de segunda entrância, da cidade de Macaíba (município de Macaíba), equiparando-a às demais escolas dessa cidade (RIO GRANDE DO NORTE, 1896i); a extinção

das escolas primárias femininas, das povoações de Carapebas (município de Angicos) e São João do Sabugi (município de Serra Negra do Norte), por motivo de baixa frequência escolar (RIO GRANDE DO NORTE, 1896j); a conversão da escola primária da povoação de Muriú (município de Ceará-Mirim) em escola mista (RIO GRANDE DO NORTE, 1896k).

Mediante o Decreto nº 108, de 6 de maio de 1891, o governador provisório Amyntas Barros atendeu à solicitação do Diretor-Geral da Instrução Pública para que a escola primária mista de Maracajaú (município de Touros) voltasse a ser masculina, tornando sem efeito o Decreto nº 72, de 6 de novembro de 1890, expedido pelo governador provisório Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Nesse breve Governo Provisório, houve a primeira eleição republicana para o Congresso Constituinte do Estado (10 de maio de 1891), a fim de que os vinte e quatro deputados constituintes eleitos elaborassem e aprovassem a primeira Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte.

Assim, no dia 10 de junho de 1891, houve a instalação do Congresso Constituinte do Rio Grande do Norte. Nesse dia, o governador provisório Amyntas Barros dirigiu sua mensagem aos deputados eleitos, enaltecendo-os como legisladores constituintes no trabalho republicano de elaboração da Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte. Em sua mensagem

ao Congresso Constituinte, Amyntas Barros anunciava haver submetido ao exame e à aprovação dos deputados o projeto constitucional, promulgado por Manuel do Nascimento Castro e Silva, assim se pronunciando:

A vós que vindes da livre manifestação das urnas, fonte legítima da soberania popular, cabe a gloriosa tarefa, como legisladores constituintes no Estado, de assegurar nele, sob as inspirações do mais comprovado patriotismo, os princípios fundamentais do regime republicano plantado com firmeza e geral assentimento no seio do país, onde tem vivido à sombra da lei.

[...]

Do mais entranhado amor à causa republicana, que é a causa do povo, da liberdade, do bem, da justiça e do direito, depende o futuro do Estado.

Dotando-o de uma Constituição bem ponderada, que assegure eficazmente a sua felicidade, os direitos sociais e desenvolvimento das instituições democráticas, tereis erguido um monumento legislativo, digno de um povo livre (RIO GRANDE DO NORTE, 1891a, p. 4 e 6).

Dois dias após a instalação do Congresso Constituinte (12 de junho de 1891), o jurista e deputado constituinte Manuel de Carvalho e Souza propôs a realização, por esse Congresso, de eleição para governador e vice-governador do estado. Efetivada a eleição, foram eleitos, por unanimidade, o Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. José Inácio Fernandes Barros,

respectivamente, como governador e vice-governador do estado do Rio Grande do Norte.

Em virtude de o governador eleito pelo Congresso Constituinte, Miguel Joaquim de Almeida Castro, encontrar-se ausente do estado, o governador provisório Amyntas Barros transferiu o Governo do Rio Grande do Norte ao vice-governador eleito, o Juiz de Direito aposentado José Inácio Fernandes Barros.

Governo de José Inácio Fernandes Barros, eleito pelo Congresso Constituinte

No dia 13 de junho de 1891, o vice-governador eleito pelo Congresso Constituinte do Rio Grande do Norte, o Juiz de Direito aposentado José Inácio Fernandes Barros assumiu a administração do estado por, aproximadamente, 1 mês e 23 dias (13 jun. 1891 a 6 ago. 1891). Para o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública foi nomeado o advogado e poeta José Moreira Brandão Castello Branco. Nesse curto tempo em que esteve no poder, nenhuma mensagem foi dirigida ao Congresso Legislativo, assim como nenhuma medida relativa à educação escolar foi decretada. Apesar disso, o projeto constitucional, promulgado por Manuel do Nascimento Castro e Silva e apreciado pelo Congresso Constituinte instalado em 10 de junho de 1891, foi discutido, aprovado e promulgado, por esse mesmo Congresso Constituinte, no dia 21 de julho de 1891. Essa foi, portanto, a

primeira Constituição discutida, votada e promulgada por um Congresso Constituinte eleito.

Essa Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte atribuía ao Poder Legislativo, representado pelo Congresso Legislativo, a seguinte responsabilidade:

Legislar sobre instrução pública, tendo em vista auxiliar e desenvolver o progresso da educação e do ensino, bem como das ciências, letras e artes no Estado, instituindo, mantendo ou subvencionando escolas e quaisquer outros estabelecimentos de instrução secundária, profissional ou superior, gratuita nas aulas de ensino elementar e em todos os graus livre e leigo (RIO GRANDE DO NORTE, 1896e, p. 7).

O município (representado pelo Conselho de Intendência Municipal) – base da organização política do estado – teria como atribuição estabelecida na Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte (1891, p. 22-23): “Criar e manter escolas de educação cívica e de instrução primária gratuita e obrigatória.”

Transcorridos 16 dias da promulgação da Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte (6 de agosto de 1891), o vice-governador José Inácio Fernandes Barros, justificando problemas de saúde, transferiu o Governo do Rio Grande do Norte ao 2º vice-governador do estado, eleito pelo Congresso Constituinte, o coronel da Guarda Nacional e político Francisco Gurgel de Oliveira.

Governo de Francisco Gurgel de Oliveira, eleito pelo Congresso Constituinte

No dia 6 de agosto de 1891, o coronel da Guarda Nacional Francisco Gurgel de Oliveira, eleito pelo Congresso Constituinte do Rio Grande do Norte, assumiu a administração do estado por, aproximadamente, 1 mês e 3 dias (6 ago. 1891 a 9 set. 1891). Durante o seu governo, manteve o Diretor-Geral da Instrução Pública, José Moreira Brandão Castello Branco. No período, não dirigiu nenhuma mensagem ao Congresso Legislativo nem tampouco decretou qualquer medida relativa à educação escolar.

Decorrido pouco mais de um mês após o início de sua administração (9 de setembro de 1891), Francisco Gurgel de Oliveira transferiu o Governo do Rio Grande do Norte ao governador do estado, eleito pelo Congresso Constituinte, o político Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Governo de Miguel Joaquim de Almeida Castro, eleito pelo Congresso Constituinte

No dia 9 de setembro de 1891, o governador eleito pelo Congresso Constituinte do Rio Grande do Norte, o político Miguel Joaquim de Almeida Castro, assumiu a administração do estado por, aproximadamente, 2 meses e 19 dias (9 set. 1891 a 28 nov. 1891). Tal como seu antecessor, também manteve o Diretor-Geral

da Instrução Pública, José Moreira Brandão Castello Branco. Nesse breve Governo, nenhuma medida relativa à educação escolar foi decretada.

Não obstante, dirigiu uma mensagem ao Congresso Legislativo (1891), dando ciência aos deputados do Rio Grande do Norte da existência de 137 escolas públicas e 6 escolas particulares no estado. Desse total de escolas públicas, 70 eram masculinas, 56 femininas e 11 mistas.

As escolas diurnas para meninas eram 56, frequentadas por 1.628 alunas. As escolas diurnas para meninos eram 59; as noturnas eram 11, frequentadas, respectivamente, por 755 e 333 alunos e alunas. As escolas mistas (para meninos e meninas) eram 11. Essas estatísticas escolares são estimativas aproximadas, tanto da quantidade de escolas quanto dos quantitativos da frequência escolar. Além disso, dizem respeito ao quadro urbano da educação escolar institucionalizada.

No dia 28 de novembro de 1891, pouco mais de um mês após dirigir a sua mensagem ao Congresso Legislativo, o governador Miguel Joaquim de Almeida Castro foi deposto do governo do estado. Pela ata da deposição, os representantes do Exército, da Marinha e seus aliados aclamaram para o governo do estado uma Junta Governativa, composta pelo coronel do Exército Francisco de Lima e Silva, pelo Juiz de Direito Joaquim Ferreira Chaves Filho e pelo Juiz de Direito e jornalista Manuel do Nascimento

Castro e Silva, que foi Diretor-Geral da Instrução Pública no primeiro Governo Provisório de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1889) e governador provisório do estado do Rio Grande do Norte (1890-1891).

Junta Governativa

A Junta Governativa, aclamada em 28 de novembro de 1891, declarou a dissolução do Congresso Legislativo no dia 17 de dezembro de 1891. No decurso desse governo, que perdurou, aproximadamente, por 2 meses e 24 dias (28 nov. 1891 a 22 fev. 1892), foi mantido em seu cargo o Diretor-Geral da Instrução Pública, José Moreira Brandão Castello Branco, e nenhuma medida relativa à educação escolar foi decretada.

Ainda nesse período, realiza-se a segunda eleição republicana para o Congresso Constituinte do estado (30 de janeiro de 1892), a fim de que os 24 deputados eleitos elaborassem e aprovassem a segunda Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte, bem como eledessem o governador e o vice-governador do estado.

Em mensagem dirigida ao Congresso do Estado (1892, p. 6), no dia 20 de fevereiro de 1892, a Junta Governativa do Rio Grande do Norte orientava os deputados constituintes acerca do ordenamento da educação escolar na Constituição Política

do estado: “No entender da Junta, deve o Estado ministrar a instrução, somente nas cidades e vilas, cujos municípios não o possam fazer por si mesmos.” Em outras palavras, somente na circunstância especial de o município não poder custear a educação primária, o Estado assumiria esse encargo.

Dois dias após essa mensagem (22 de fevereiro de 1892), o Congresso Constituinte do Estado elegeu o médico, professor, jornalista e político Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e o coronel da Guarda Nacional Silvino Bezerra de Araújo Galvão, respectivamente, governador e vice-governador do Rio Grande do Norte.

Nesse mesmo dia (22 de fevereiro de 1892), a Junta Governativa transferiu o governo do estado ao Presidente do Congresso Constituinte, o deputado Jeronymo Americo Raposo da Camara, com a incumbência de empossar o governador e o vice-governador eleitos, o que ocorreu no dia 28 de fevereiro.

Se, por um lado, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (promulgada em 24 de fevereiro de 1891) instituiu o regime federativo, o governo republicano, o exercício da representatividade e o Estado laico e liberal, por outro, no Rio Grande do Norte, duas Constituições Políticas foram promulgadas (20 de janeiro de 1891 e 21 de julho de 1891), definindo as atribuições dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como

do município, próprias de um regime republicano, federativo, representativo, laico e liberal.

A educação pública, gratuita, laica, que é matéria da competência do estado do Rio Grande do Norte e de seus municípios, estava circunscrita aos fundamentos políticos e jurídicos. Mas, se a base de todo sistema social e político é pactuado por leis públicas, como teoriza Rousseau (1997, p. 106), o estado do Rio Grande do Norte (até parte desse ano de 1892) não dispunha de um ordenamento de “[...] convenções e leis para unir os direitos aos deveres, e conduzir a justiça a seu objetivo”.

O filósofo Rousseau teoriza que, no estado republicano e democrático, todos os direitos individuais e sociais são prescritos mediante leis públicas. Para o bom exercício dos poderes públicos republicanos, conforme Cavalcanti (1983), são necessárias leis orgânicas para a efetivação completa das Constituições Políticas.

A educação primária pública, gratuita e laica, componente de uma política republicana e federativa, teria sua regulamentação no Rio Grande do Norte como matéria de competência do governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896). Isso será discutido no próximo capítulo.

Capítulo Dois

A educação primária pública em seus fundamentos e materialidade (1892-1896)

O acontecimento histórico do Congresso Constituinte do Estado, que elegeu Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e o coronel da Guarda Nacional Silvino Bezerra de Araújo Galvão, respectivamente, governador e vice-governador do Rio Grande do Norte (22 de fevereiro de 1892), propiciou a transição dos governos provisórios para os governos eleitos.

O presente capítulo reflete as políticas públicas estritas da educação escolar primária e seus sujeitos destinatários, do governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, posteriores à promulgação da Constituição e à aprovação das leis republicanas do estado do Rio Grande do Norte.

Governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, eleito pelo Congresso Constituinte

No dia 28 de fevereiro de 1892, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Silvino Bezerra de Araújo Galvão foram empossados, respectivamente, como governador e vice-governador do estado do Rio Grande do Norte. Esses mandatários administraram o estado por 4 anos e 27 dias (28 fev. 1892 a 25 mar. 1896).

Em sua primeira mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte (14 de julho de 1893), o governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão congratulava-se com os deputados pela promulgação da Constituição Política do estado, elaborada e votada pelo Congresso Constituinte, no âmbito do seu governo (7 de abril de 1892), bem como pela elaboração das leis orgânicas, assim se pronunciando:

Antes de prestar-vos as devidas contas de minha gestão administrativa, árdua missão em que tenho procurado cumprir o meu dever, agindo dentro da órbita legal, congratulo-me convosco pela elevação de vistas e pelo patriotismo que presidiram à revisão constitucional e à feitura das leis orgânicas que, na anterior sessão legislativa, elaborastes.

Nesses estatutos estão compendiados todos os bons e são princípios da democracia: a adoção do voto a descoberto, as franquias municipais largamente estabelecidas [...] e outras medidas, [que] são documentos seguros

da orientação republicana da honrada Assembleia, a quem ora me dirijo.

E se não podemos ainda assegurar que a nossa existência social esteja perfeitamente bitolada pela nobre aspiração de progresso e liberdade que ditou as nossas leis, pelo menos é certo que no exercício harmônico dos poderes públicos tem sabido cada um manter-se independente e livre em sua respectiva esfera de ação, sem romper o equilíbrio do conjunto.

[...]

No dia 1 de julho do ano findo [1892] demos os primeiros passos na nossa vida autônoma; e desde esse dia assumimos inteira a responsabilidade de *Estado federado*. Todos os serviços que eram até aquela data custeados pelos cofres da União [...] passaram a ser feitos a custa do Tesouro estadual, de acordo com as respectivas leis por vós decretadas.

[...]

Nenhum assunto merece mais cuidadosa atenção do que o ensino público; e o zelo patriótico com que desde os trabalhos constituintes vos aplicastes ao estudo e reforma da instrução bem demonstra como estáveis convencidos da desordem e atraso em que ela se achava (RIO GRANDE DO NORTE, 1893c, p. 3, 5, 6 e 8).

A República Federativa e representativa consolidada na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (promulgada em 24 de fevereiro de 1891) era, jurídica e

politicamente, liberal. Assim, os princípios liberais de laicidade, liberdade, democracia e igualdade seriam princípios da República Federativa Brasileira e, por extensão, do estado do Rio Grande do Norte.

Por um lado, conforme sublinha Cury (2001, p. 255), o Brasil, como nação laica, “[...] abria perspectivas ou criava aspirações de participação universal, onde o poder emana de todos e só assim se legitima [...]”; por outro lado, a educação pública oficial seria laica e a laicidade seria “[...] o sinal marcante com que o Estado Republicano desejou ver inscrito na escola a ideia de igualdade” (CURY, 2001, p. 279). De fato, os princípios liberais de laicidade, liberdade, democracia e igualdade orientaram todo o aparato institucional, consolidando, assim, o regime republicano e federativo no Rio Grande do Norte, bem como materializando as políticas públicas estritas da educação escolar primária, principalmente.

O governo de Pedro Velho, segundo Souza (2008, p. 309), “[...] representou o fim da instabilidade política do estado e, por outro lado, a consolidação do regime republicano no território norte-rio-grandense.” O governador Pedro Velho, escreveu Câmara Cascudo (1984, p. 217), teria sido o “organizador do Estado Republicano” no Rio Grande do Norte.

De acordo com historiadores e historiadores da educação, o governo de Pedro Velho (1892-1896) é tido e havido como

aquele que organizou o estado do Rio Grande do Norte em seus fundamentos republicanos, federativos e laicos. Para auxiliá-lo nessa organização política, Pedro Velho convidou bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife, como Francisco Pinto de Abreu, Joaquim Ferreira Chaves Filho, José Clímaco do Espírito Santo e outros.

Naquela sua primeira mensagem dirigida ao Congresso Legislativo (14 de julho de 1893), o governador Pedro Velho (1893, p. 73), com veemência, ressaltava que nenhum assunto merecia mais cuidadosa atenção do que o ensino público: “[...] o zelo patriótico com que desde os trabalhos constituintes vos aplicastes ao estudo e reforma da instrução bem demonstra como estáveis convencidos da desordem e atraso em que ela se achava”.

É oportuno ressaltar que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (promulgada em 24 de fevereiro de 1891) designou o encargo da educação pública aos estados, como esclarece Cury (2001, p. 261), “[...] ou destes em conjunto com os municípios, seja quanto à organização, seja quanto aos métodos didáticos”.

Nos termos desse encargo público, o governador Pedro Velho foi autorizado pelo Congresso Legislativo a proceder à reforma da educação pública (Lei nº 6, de 30 de maio de 1892), segundo os princípios estabelecidos e as bases formuladas pela Constituição Política do estado, de 1892. Mediante os princípios

estabelecidos na Constituição Política do estado, de 1892, ao Congresso Legislativo competia:

Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las.

Prescrever as medidas necessárias para que se organize a estatística do Estado.

Legislar sobre instrução pública, tendo em vista auxiliar e desenvolver o progresso da educação e do ensino.

Auxiliar e desenvolver o progresso das ciências, letras e artes do Estado, instituindo, mantendo e subvencionando escolas e outros estabelecimentos que julgar necessários.

Reformar o ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1895, p. 7, 8, 11 e 34).

Ademais, entre as formulações estabelecidas pela Constituição Política do estado, de 1892, encontra-se a organização do município em base político-republicana e federativa:

Considerar-se-á município a circunscrição territorial que tenha, pelo menos, dez mil habitantes, uma cidade ou vila que lhe sirva de sede, observadas as demais condições da respectiva lei orgânica, respeitados, porém, os municípios existentes.

O poder municipal será exercido por um Conselho de Intendência, composto de nove membros na Capital e de sete nos demais municípios.

Os membros do Conselho serão eleitos por sufrágio direto, garantida a representação da minoria, e servirão durante três anos.

Serão atribuições dos Conselhos:

Orçar anualmente a receita e fixar a despesa do município, decretando, de acordo com as leis do Estado, impostos e contribuições.

Criar e manter escolas de educação cívica e instrução primária gratuita (RIO GRANDE DO NORTE, 1895, p. 28, 29 e 30).

Como visto, mediante a Lei nº 6, de 30 de maio de 1892, o Congresso Legislativo do Estado autorizou o governador Pedro Velho a proceder à reforma da educação escolar pública no Rio Grande do Norte segundo as bases estabelecidas pela Constituição Política do estado, de 1892, assim prescrevendo:

1. Haverá uma Diretoria geral da instrução pública com uma secretaria, composta dos empregados que forem julgados necessários.
2. Para a reorganização da biblioteca, fica o Governador desde já autorizado a dispendar a quantia de quatrocentos mil réis para a aquisição de livros.
3. O Estado manterá na capital duas escolas para o sexo masculino e duas para o sexo feminino. Em todos os outros municípios, o Estado manterá, nas respectivas

sedes, uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino.

a) Estas escolas serão divididas em três graus [entrâncias]. Formarão o primeiro grau as escolas das vilas; o segundo as das cidades e o terceiro as da capital.

4. Em cada município haverá um delegado escolar inspetor da instrução local.

5. O ensino particular será livre.

6. O Estado intervirá no ensino municipal somente como fiscalizador da instrução pública.

7. Será obrigatória a leitura da Constituição do Estado nas escolas primárias.

Palácio do Governo, 30 de maio de 1892 – 4ª da República.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Joaquim Soares Raposo da Câmara (RIO GRANDE DO NORTE, 1896m, p. 13 e 14).

Em 30 de setembro desse mesmo ano (1892), foi expedido o Regulamento, reorganizando a Instrução Primária e Secundária do estado do Rio Grande do Norte (aprovado pelo Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892). A esse propósito, considera-se pertinente indagar: o Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1892 observaria, em seus fundamentos e em suas

prescrições, os princípios republicanos, federativos e liberais da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, e da Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte, de 1892, especialmente para a educação primária e seus sujeitos destinatários do direito civil e social de estudar e de aprender (meninos e meninas)? Nos termos desse Regulamento de 1892, assim se estabelece:

Art. 1º - O ensino público no Estado do Rio Grande do Norte compreende:

Ensino primário.

Ensino secundário.

Ensino normal.

Art. 2º - O ensino primário será dado nas escolas primárias mantidas pela Lei nº 6, de 30 de maio de 1892, e em quaisquer outros estabelecimentos que, por sua natureza e categoria, distribuam o ensino assim denominado neste Regulamento.

[...]

Art. 4º - Todos os estabelecimentos de ensino do Estado serão sujeitos à Diretoria da instrução pública.

Art. 5º - O ensino será leigo e gratuito.

Art. 6º - O ensino particular é completamente livre e independente.

[...]

§ 3º - Remeter anualmente ao Diretor Geral, de 10 a 20 de dezembro, o mapa do movimento anual do estabelecimento com as condições acima [nome, naturalidade, matrícula, frequência e classe dos alunos].

[...]

Art. 7º - A Direção superior do ensino compete à Diretoria Geral da Instrução Pública, que terá a seu cargo:

[...]

§ 3º - Organizar a estatística do ensino.

[...]

Art. 33 - Fica estabelecido um fundo escolar exclusivamente aplicado à Instrução Pública.

[...]

Art. 36 - O ensino primário ministrado nas escolas públicas do Estado constará do seguinte [programa das matérias de ensino]:

I. Leitura e escrita.

II. Aritmética elementar.

III. Geometria elementar e desenho linear.

IV. Lições de coisas.

V. Noções de geografia e história, especialmente do Brasil.

VI. Gramática nacional.

VII. Educação moral e cívica.

VIII. Elementos de música.

IX. Ginástica.

X. Trabalhos manuais, compreendendo os trabalhos de agulha para o sexo feminino.

Art. 37 – O ensino primário será dividido em duas classes.

[...]

Art. 41 – O Diretor Geral [da Instrução Pública] expedirá programas circunstanciados e observações pedagógicas sobre cada uma das matérias do ensino e bem assim sobre a distribuição do trabalho e do tempo. Não é lícito aos professores alterar esses programas, podendo, entretanto, representar sobre eles expondo as considerações que o estudo e a experiência lhes aconselharem.

Art. 42 – Haverá em cada município pelo menos uma cadeira [escolas] de cada sexo.

[...]

Art. 44 – Para a criação de novas cadeiras nos municípios a respectiva Intendência fará o pedido ou proposta que deve ser sempre informada pelo Conselho Literário. Tanto o pedido como a informação devem conter o número exato da população em idade escolar, a perfeita localização do ponto para o qual a escola é pedida e a distância em que fica a escola mais próxima.

§ 1º – Às Intendências municipais compete o aluguel da casa, bem como as despesas com a mobília e material dessas escolas.

§ 2º – Nenhuma dessas escolas novamente criadas será instalada sem que se prove, perante a Diretoria, mediante atestado do Delegado escolar do município, que tem casa e o material indispensável.

[...]

Art. 45 – As cadeiras primárias do Estado serão classificadas em três entrâncias, sendo consideradas de primeira as das vilas, de segunda as das cidades e de terceira as da capital.

[...]

Art. 129 – O Governo fornecerá às escolas o material indispensável para a boa execução dos programas do ensino.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte,
30 de setembro de 1892 – 4ª da República.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Joaquim Soares
Raposo da Câmara (RIO GRANDE DO NORTE, 1896n, p.
209-210, 216-218 e 228-229).

Dois anos antes (8 de novembro de 1890), havia sido expedido o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal (posto em vigor pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890), aprovado pelo chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, e assinado pelo General de Brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Esse Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, de 1890, que reformou a educação escolar primária e secundária do Distrito Federal, teria sido referência para o Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1892, que reformou a educação escolar no Rio Grande do Norte, nos seguintes termos:

Art. 1º – É completamente livre aos particulares, no Distrito Federal, o ensino primário e secundário, sob as condições de moralidade, higiene e estatística definidas nesta lei.

[...]

Art. 2º – A instrução primária, livre, gratuita e leiga será dada no Distrito Federal em escolas públicas de duas categorias:

1ª – Escolas primárias do 1º grau.

2ª – Escolas primárias do 2º grau.

§ 1º – As escolas do 1º grau admitirão alunos de 7 a 13 anos de idade, e as do 2º grau, de 13 a 15 anos. Umas e outras serão distintas para cada sexo, porém meninos até 8 anos poderão frequentar as escolas do 1º grau do sexo feminino.

Art. 3º – O ensino das escolas primárias do 1º grau, que abrange três cursos, compreende [o seguinte programa das matérias de ensino]:

Leitura e escrita.

Ensino prático da língua portuguesa.

Contar e calcular. Aritmética prática até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos sistemáticos.

Sistema métrico precedido do estudo da geometria prática (taquimetria).

Elementos de geografia e história, especialmente do Brasil.

Lições de coisas e noções concretas de ciências físicas e história natural.

Instrução moral e cívica.

Desenho.

Elementos de música.

Ginástica e exercícios militares.

Trabalhos manuais (para os meninos).

Trabalhos de agulha (para as meninas).

Noções práticas de agronomia.

[...]

§ 2º - Em todos os cursos será constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, e de acordo com programas minuciosamente especificados.

[...]

Art. 10 - Os programas minuciosos de todos os cursos das escolas de um e outro grau, e bem assim a designação ou composição dos livros escolares que tenham de servir, e a escolha de todo o material das escolas - tudo será formulado e indicado pelo conselho diretor, com a aprovação do Governo.

Art. 11 – Todo o expediente das escolas será feito à custa dos cofres públicos, mediante uma consignação proporcional à matrícula dos alunos.

[...]

Art. 47 – Fica estabelecido um fundo escolar para auxiliar a manutenção e desenvolvimento da instrução primária, secundária e normal do Distrito Federal.

[...]

Art. 52 – A direção do ensino e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal do Distrito Federal será exercida, sob a administração superior do Ministério da Instrução Pública, por:

Um inspetor geral da Instrução primária e secundária.

Um conselho diretor da Instrução primária e secundária, e por inspetores escolares de distrito (BRASIL, 1891, p. 3474-3477 e 3488-3489).

No Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, de 1890, a educação escolar é prescrita como sendo leiga, gratuita e livre aos particulares (art. 2º); o expediente (recursos financeiros de manutenção das escolas) era feito à custa dos cofres públicos (art. 11); um fundo escolar seria estabelecido para auxiliar a manutenção e desenvolvimento da instrução primária, secundária e normal (art. 47). A educação

primária (situada na Declaração de Direitos da Constituição de 1891) era um direito civil e social para meninos e meninas e seria dividida nas categorias de escolas primárias de 1º grau e escolas primárias de 2º grau.

No Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Rio Grande do Norte, de 1892, a educação escolar foi igualmente prescrita como leiga, gratuita e livre aos particulares (art. 5º e art. 6º); o governo forneceria às escolas o material indispensável para a boa execução dos programas do ensino (art. 129) e estabeleceria um fundo escolar exclusivamente aplicado à Instrução Pública (art. 33); em cada município haveria, pelo menos, 1 escola de cada sexo (art. 42); às Intendências municipais competiria o aluguel da casa, bem como as despesas com a mobília e material dessas escolas (art. 44). Por conseguinte, a educação primária era um direito civil e social para meninos e meninas (sujeitos destinatários dessa educação) – como no item da Declaração de Direitos da Constituição de 1891 – e seria dividida em 2 classes.

Ademais, esse Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Rio Grande do Norte, de 1892, prescrevia uma parte do programa das matérias de ensino do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, de 1890. Este último, que reformou esses níveis de ensino no Distrito Federal, por seus propósitos republicanos e federativos, tornar-se-ia, como observa Cury (2001, p. 102), “[...] modelar para

o país e referência constante para as diferentes reformas estaduais ocorridas”. A nossa hipótese é a de que o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, de 1890, continha uma orientação federativa. Efetivamente, algumas das prescrições foram referência modelar para o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Rio Grande do Norte.

Afinal, seus fundamentos assentavam-se nos preceitos constitucionais e liberais da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, especialmente quanto às prescrições de gratuidade, laicidade e o direito civil e social à educação primária para os sujeitos destinatários do direito de estudar e de aprender (meninos e meninas).

Em particular, no Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Rio Grande do Norte, de 1892, os fundamentos firmavam-se, ainda, nos preceitos constitucionais e liberais da Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte, de 1892. Segundo a Constituição de 1892, o poder público tinha o encargo de legislar sobre a instrução pública, instituindo, mantendo e subvencionando escolas e outros estabelecimentos que julgasse necessário, bem como criar e manter escolas de educação cívica e de instrução primária gratuita.

Transcorridos quatro anos da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil e reformada a educação primária, mediante o Regulamento da Instrução Primária e Secundária

de 1892, questiona-se: no estado do Rio Grande do Norte, haveria aumentado a rede de escolas primárias públicas nas suas classificações de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância? E mais: o número dos sujeitos destinatários dessa educação – alunos e alunas – era aproximado ou distanciado?

Pelo relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, João Tibúrcio da Cunha Pinheiro Júnior (13 de junho de 1893), no ano de 1893, o estado do Rio Grande do Norte tinha, sob o seu encargo orçamentário, uma rede de 76 escolas primárias públicas, distribuídas pelos seus então 37 municípios.

Pela ordem hierárquica, 4 escolas primárias eram de 3ª entrância, sendo 2 masculinas e 2 femininas, com o mesmo número de professores (2) e professoras (2). Essas 4 escolas primárias de 3ª entrância localizavam-se unicamente na capital Natal. Especialmente no período de março a maio de 1893, havia em cada escola uma média aproximada de 77 meninos e 36 meninas matriculados (Quadro 4).

Quadro 4 - Cadeiras (Escolas) de 3ª Entrância – matrícula escolar
de março a maio de 1893

Cidade e Município do Estado do Rio Grande do Norte

Cidade	Município	Matrícula			Número de Escolas
		Alunos	Alunas	Total	
Natal (capital)	Natal	155	72	227	2 escolas masculinas 2 escolas femininas
1 cidade-sede de município	1 município	155 alunos	72 alunas	227 alunos e alunas	2 escolas masculinas 2 escolas femininas

Fonte: Rio Grande do Norte (1893a).

As 22 escolas primárias de 2ª entrância localizavam-se em 11 cidades-sede de 11 municípios. Por sua vez, 11 eram escolas masculinas e, igualmente, 11 femininas, com o mesmo número de professores (11) e professoras (11). Especialmente no período de março a maio de 1893, havia, em cada escola primária, uma média aproximada de 45 meninos e 43 meninas matriculados (Quadro 5).

**Quadro 5 - Cadeiras (Escolas) de 2ª Entrância – matrícula escolar
de março a maio de 1893**

Cidade e Município do Estado do Rio Grande do Norte

Cidade	Município	Matrícula			Número de Escolas
		Alunos	Alunas	Total	
São José de Mipibu	São José de Mipibu	81	48	129	1 escola masculina 1 escola feminina
Macaíba	Macaíba	72	44	116	1 escola masculina 1 escola feminina
Ceará-Mirim	Ceará-Mirim	58	67	125	1 escola masculina 1 escola feminina
Canguaretama	Canguaretama	72	59	131	1 escola masculina 1 escola feminina
Assú	Assú	33	29	62	1 escola masculina 1 escola feminina
Macau	Macau	33	57	90	1 escola masculina 1 escola feminina
Caicó	Caicó	39	55	94	1 escola masculina 1 escola feminina
Jardim do Seridó	Jardim do Seridó	35	19	54	1 escola masculina 1 escola feminina
Mossoró	Mossoró	68	55	123	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Apodi	Apodi	-	-	-	1 escola masculina 1 escola feminina
Martins	Martins	-	40	40	1 escola masculina 1 escola feminina
11 cidades-sede de municípios	11 municípios	491 alunos	473 alunas	964 alunos e alunas	11 escolas masculinas 11 escolas femininas

Fonte: Rio Grande do Norte (1893a).

As 50 escolas primárias de 1ª entrância localizavam-se em 25 vilas- sede de 25 municípios. Desse total, 25 eram escolas masculinas e 25 eram femininas, com o mesmo número de professores (25) e professoras (25). Portanto, no período de março a maio de 1893, havia, em cada escola, uma média aproximada de 19 meninos e 22 meninas matriculados (Quadro 6).

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

**Quadro 6 - Cadeiras (Escolas) de 1ª Entrância – matrícula escolar
de março a maio de 1893**

Vilas e Municípios do Estado do Rio Grande do Norte

Vila	Município	Matrícula			Número de Escolas
		Alunos	Alunas	Total	
Papary	Papary	48	44	92	1 escola masculina 1 escola feminina
Arez	Arez	20	43	63	1 escola masculina 1 escola feminina
Goianinha	Goianinha	30	25	55	1 escola masculina 1 escola feminina
Santo Antônio	Santo Antônio	37	-	37	1 escola masculina 1 escola feminina
Nova Cruz	Nova Cruz	39	28	67	1 escola masculina 1 escola feminina
Santa Cruz	Santa Cruz	-	19	19	1 escola masculina 1 escola feminina
São Gonçalo	São Gonçalo	35	25	60	1 escola masculina 1 escola feminina
Taipú	Taipú	48	30	78	1 escola masculina 1 escola feminina
Touros	Touros	45	29	74	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Jardim de Angicos	Jardim de Angicos	10	16	26	1 escola masculina 1 escola feminina
Angicos	Angicos	-	-	-	1 escola masculina 1 escola feminina
Sant'Ana do Matos	Sant'Ana do Matos	-	-	-	1 escola masculina 1 escola feminina
Acari	Acari	29	17	46	1 escola masculina 1 escola feminina
Flores	Flores	14	14	28	1 escola masculina 1 escola feminina
Currais Novos	Currais Novos	18	10	28	1 escola masculina 1 escola feminina
Serra Negra	Serra Negra	15	19	34	1 escola masculina 1 escola feminina
Triunfo	Triunfo	-	24	24	1 escola masculina 1 escola feminina
Caraúbas	Caraúbas	21	34	55	1 escola masculina 1 escola feminina
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	-	18	18	1 escola masculina 1 escola feminina
São Miguel	São Miguel	13	19	32	1 escola masculina 1 escola feminina

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Luiz Gomes	Luiz Gomes	13	13	26	1 escola masculina 1 escola feminina
Port'Alegre	Port'Alegre	-	-	-	1 escola masculina 1 escola feminina
Patu	Patu	14	22	36	1 escola masculina 1 escola feminina
Cuitezeiras	Cuitezeiras	36	49	85	1 escola masculina 1 escola feminina
Areia Branca	Areia Branca	-	49	49	1 escola masculina 1 escola feminina
25 vilas-sede de municípios	25 municípios	485 alunos	547 alunas	1032 alunos e alunas	25 escolas masculinas 25 escolas femininas

Fonte: Rio Grande do Norte (1893a).

Pelo relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, João Tiburcio da Cunha Pinheiro Junior, evidencia-se a seguinte situação de matrícula na educação escolar primária, no período de março a maio de 1893: as escolas de 3ª entrância (localizadas na cidade-sede do município de Natal), as de 2ª entrância (localizadas nas cidades-sede dos municípios) e as de 1ª entrância (localizadas nas vilas-sede dos municípios), respectivamente, 4, 22 e 50 escolas, registraram uma matrícula total de 2.223 alunos, sendo 1.131 meninos e 1.092 meninas. Portanto, aproximadamente

51% correspondiam à matrícula de meninos e 49% à matrícula de meninas. Observa-se que a matrícula dos meninos foi maior em apenas 2% quando comparada à matrícula das meninas.

Em 1889, o estado do Rio Grande do Norte possuía uma rede de 152 escolas primárias, sendo 88 masculinas, 61 femininas e 3 mistas. Já em 1893 – 3 anos depois daquele período – o estado do Rio Grande do Norte possuía uma rede de apenas 76 escolas primárias, sendo 38 masculinas e 38 femininas. É possível deduzir, portanto, que a reforma da educação escolar primária, orientada pelo Regulamento da Instrução Primária e Secundária, de 1892 (de conformidade com os fundamentos da Constituição de 1892), principiou a transferência de parte dos encargos com a educação escolar primária para os municípios do estado.

Tanto é que, no ano de 1893, conforme o relatório do Secretário do Governo, Alberto Maranhão (15 de junho de 1893), na parte específica do orçamento do município de Natal, foi consignada uma verba de 3.660\$000 (três contos, seiscentos e sessenta mil réis) destinada à criação de escolas municipais de ensino primário. Essa medida, até então, não havia sido posta em prática.

Nesse mesmo ano de 1893, observa-se que já havia 5 escolas primárias públicas municipais criadas e mantidas nas seguintes localidades: 1 escola na povoação de Vera Cruz (município de São José de Mipibu), 1 escola na povoação de Panelas (município de

Macaíba), 1 escola na povoação de Piau (município de Goianinha), 1 escola na povoação de Espírito Santo (município de Goianinha) e 1 escola mista na povoação de Campo de Santana (município de Papary).

A perceptível redução na quantidade de escolas primárias sob o encargo orçamentário do estado do Rio Grande do Norte (1889-1893) pode ser assim explicada: por um lado, o fato de a Constituição Política do estado (1892) haver determinado, quando da reforma da educação escolar, o aproveitamento apenas de professores e professoras concursados e com mais de cinco anos de nomeação; por outro lado, o fato de a Constituição Política do estado (1892) delegar ao município (base da organização política e federativa) a atribuição de criar e manter escolas de educação primária.

De fato, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária (1892), atribuindo às intendências municipais o aluguel da casa (escola), bem como as despesas com a mobília e o material de cada escola, transferia para os municípios parte das competências com a educação escolar pública primária. As competências do estado e dos municípios, política e juridicamente, impunham-se devido ao regime republicano e federativo da nação brasileira. Havia, pois, nesses anos – conforme Cury (2001, p. 258) – uma abertura para a renovação do país, na qual se incluía a educação escolar. “O núcleo dessa tarefa estava [...] na esfera

dos Estados Federados.” Assim, procurava agir o estado do Rio Grande do Norte.

No período de julho a setembro de 1893, conforme o relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza (14 de junho de 1894), as 4 escolas primárias públicas de 3ª entrância mantidas pelo estado do Rio Grande do Norte – 2 masculinas e 2 femininas – localizadas na capital do estado (município de Natal) já registravam uma matrícula total de 255 alunos: 146 meninos e 109 meninas. Nesse período, portanto, havia, em cada escola, uma média aproximada de 73 meninos e 54 meninas matriculados.

Antes, no período de março a maio de 1893, havia, nessas escolas primárias públicas, uma matrícula total de 227 alunos – 155 meninos e 72 meninas. Ou seja, houve um crescimento de 12% na matrícula total dessas escolas. E um acréscimo de 51% na matrícula de meninas.

Nesse mesmo período, de julho a setembro de 1893, conforme o relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza (14 de junho de 1894), as 22 escolas primárias públicas de 2ª entrância – 11 masculinas e 11 femininas –, localizadas em 11 cidades-sede de 11 municípios registraram uma matrícula total de 1.278 alunos: 675 meninos e 603 meninas.

Nesse período, havia em cada escola primária pública uma média aproximada de 62 meninos e 55 meninas matriculados. Pode-se dizer que houve um aumento de, aproximadamente, 33% na matrícula total dessas escolas primárias públicas com relação ao período de março a maio de 1893, quando houve uma matrícula total de 964 alunos – 491 meninos e 473 meninas. Ou seja, houve um acréscimo de 37% na matrícula de meninos e 27 % na matrícula de meninas.

Ainda no período de julho a setembro de 1893, conforme o relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza (14 de junho de 1894), as 50 escolas de 1ª entrância – 25 masculinas e 25 femininas – localizadas em 25 vilas-sede de 25 municípios registraram uma matrícula total de 1.596 alunos: 832 meninos e 764 meninas.

Portanto, havia em cada escola primária pública uma média de 33 meninos e 30 meninas matriculados. Observa-se que, nesse período de julho a setembro de 1893, houve um acréscimo de 55% com relação ao período de março a maio de 1893, quando a matrícula total foi de 1.032 alunos – 485 meninos e 547 meninas. Desta vez, houve um acréscimo de 71% na matrícula de meninos e 39% na matrícula de meninas.

Pelo relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza, tinha-se a seguinte situação de matrícula na educação escolar primária pública no período de julho a

setembro de 1893: as escolas de 3ª entrância (localizadas na cidade-sede do município de Natal), de 2ª entrância (localizadas nas cidades-sede dos municípios) e de 1ª entrância (localizadas nas vilas-sede dos municípios), respectivamente 4, 22 e 50 escolas registraram uma matrícula total de 3.129 alunos, sendo 1.653 meninos e 1.476 meninas. Portanto, 53% correspondiam à matrícula de meninos e 47% à matrícula de meninas.

O Quadro 7 explicita a quantidade de escolas primárias públicas por entrância (3ª, 2ª e 1ª) e a respectiva matrícula de alunos e alunas no período de março a maio de 1893 e de julho a setembro de 1893.

Comparando o período de março a maio de 1893 com o período de julho a setembro de 1893, percebe-se que houve um acréscimo significativo na quantidade da matrícula de alunos (522) e de alunas (384) das escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário do estado do Rio Grande do Norte. Pelos relatórios dos diretores da Instrução Pública (1893 e 1894), o acréscimo na quantidade de matrículas de meninos e meninas – sujeitos destinatários da educação escolar primária – foi de 906 matrículas, correspondendo a um aumento de 41% no total de alunos e alunas matriculados.

Como visto, a Constituição Política do Estado (1892) determinava aos municípios a responsabilidade de criar e manter escolas primárias públicas. Assim, indaga-se: essa competência

política e federativa foi levada a efeito pelos 37 municípios do Rio Grande do Norte?

Pelo relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza, constata-se o seguinte quadro institucional da municipalidade da educação primária: no ano de 1894, havia 33 escolas primárias públicas municipais. Essas escolas

Quadro 7 - Cadeiras (Escolas) do Estado do Rio Grande do Norte (1893)

Ano	Escola Primária Pública				Matrícula		
	3ª Entrância	2ª Entrância	1ª Entrância	Total	Alunos	Alunos	Total
1893 março a maio	4	22	50	76	1.131	1.092	2.223
1893 julho a setembro	4	22	50	76	1.653	1.476	3.129

Fonte: Rio Grande do Norte (1893a).

eram mantidas por 13 municípios, sendo 4 escolas situadas em cidades, 1 em vila e 28 em povoados. Desse total, 19 eram masculinas, 1 era feminina e 13 eram mistas (Quadro 8).

Quando comparado o número de escolas municipais entre os anos de 1893 e de 1894, evidencia-se um significativo acréscimo, que pode ser assim explicado: em 1893, as escolas municipais eram apenas 5. Já 1894, as escolas municipais totalizavam 33.

Ou seja, no período de 1 ano (1893-1894), o aumento das escolas municipais, com o plano de municipalização das escolas primárias, foi de 560%.

Dessas 33 escolas municipais (1894), a maioria (28) estava situada em povoados. Nesse mesmo ano, havia 76 escolas primárias estaduais: 4 escolas situadas na capital Natal e 72 escolas situadas nas outras 36 cidades e vilas-sede dos outros 36 municípios do estado (Quadro 7). Os 13 municípios relacionados no Quadro 8 exerceram a competência de criar e de manter escolas de educação primária gratuita, de conformidade com a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte (1892).

Em sua segunda mensagem dirigida ao Congresso Legislativo (14 de julho de 1894), o governador Pedro Velho (1894, p. 7) exaltava a educação escolar como o “[...] elemento primeiro e

Quadro 8 - Cadeiras (Escolas) no período de janeiro a março de 1894
Municípios do Rio Grande do Norte

Localidade	Município	Escolas			Número de Escolas
		Masculinas	Femininas	Mistas	
Natal	Natal	2	-	-	2 escolas masculinas
Ponta Negra	Natal	-	-	1	1 escola mista
Muriú	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Capela	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Extremoz	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Panelas	Macaíba	-	-	1	1 escola mista
São Miguel de Jucurutu	Caicó	1	-	-	1 escola masculina
Jardim de Piranhas	Caicó	1	-	-	1 escola masculina
São Fernando	Caicó	1	-	-	1 escola masculina
Alagamar	Macau	-	-	1	1 escola mista
Pendência	Macau	-	-	1	1 escola mista
Água Maré	Macau	-	-	1	1 escola mista
Brejo	Apodi	-	-	1	1 escola mista
Angicos	Apodi	-	-	1	1 escola mista
Mossoró	Mossoró	1	-	-	1 escola masculina
Sant'Ana	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Macambira	Mossoró	-	-	1	1 escola mista

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

São Sebastião	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Santo Antônio	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Tibau	Goianinha	1	-	-	1 escola masculina
Espírito Santo	Goianinha	1	-	-	1 escola masculina
Piau	Goianinha	1	-	-	1 escola masculina
Areia Branca	Areia Branca	1	-	-	1 escola masculina
Upanema	Areia Branca	1	-	-	1 escola masculina
Grossos	Areia Branca	1	-	-	1 escola masculina
Povoação do Mel	Areia Branca	-	-	1	1 escola mista
Brejinho	Santo Antônio	1	-	-	1 escola masculina
Carapebas	Angicos	-	1	-	1 escola feminina
Lages	Angicos	-	-	1	1 escola mista
Campo de Santana	Papary	1	-	-	1 escola masculina
Pirangi	Papary	1	-	-	1 escola masculina
São João do Sabugi	Serra Negra	1	-	-	1 escola masculina
32	13	19	1	13	19 escolas masculinas 1 escola feminina 13 escolas mistas

Fonte: Rio Grande do Norte (1894a).

mais fecundo da civilização dos povos [...]”. Em sua percepção, as boas práticas republicanas e federativas teriam sido orientações liberais e democráticas para os homens públicos do Rio Grande do Norte. Era essa convicção que o levava a conclamar:

Volvamos com interesse as nossas vistas para os negócios peculiares ao nosso pequeno Estado, honrada e benemérita fração da comunhão brasileira; e não pouparemos esforços para assegurar-lhe, em sua plenitude constitucional, a autonomia federativa, base primordial do novo regime que adotamos.

[...]

As primeiras das referidas eleições [1893], isto é, as municipais e estaduais, realizaram-se pelo nosso belo e honrado sistema de lista aberta e assinada, sistema cuja prática constitui um dos melhores documentos da boa e fecunda implantação dos costumes republicanos no Rio Grande do Norte.

[...]

São gerais e merecidos os aplausos de que se tem tornado credor o Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, pela orientação liberal e genuinamente democrática com que elaborou as várias leis orgânicas que regem a vida pública do Estado.

Palácio do Governo do Rio Grande do Norte, 14 de julho de 1894. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (RIO GRANDE DO NORTE, 1894b, p. 4-5, 9, 10 e 14).

Em sua terceira mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte (31 de janeiro de 1895), o governador Pedro Velho atribuía aos governos democraticamente eleitos o dever de assegurar a autonomia do estado, base política e jurídica do regime republicano e federativo. A legitimação do estado federativo seria a causa pública primordial dos legisladores e dirigentes políticos, aos quais assim invocava:

Srs. deputados – Apoiado no sentimento popular, cujo prestígio sempre foi a melhor e mais segura garantia dos governos democráticos – tenho procurado, com a mais viva e constante solicitude, manter respeitada e ileza a autonomia do Estado, base essencial do regime federativo que adotamos. A federação – conforme a definiu o estatuto nacional de 24 de fevereiro [de 1891] – temo-la praticado na mais nobre e na mais ampla aceção constitucional, solidários com os destinos gerais da pátria e, ao mesmo tempo, zeladores intransigentes das franquias locais, tanto mais caras aos nossos corações de patriotas quanto mais pequenino e fraco e pobre é o Rio Grande do Norte.

[...]

Srs. deputados – Ultimados os trabalhos que tornaram necessária esta sessão legislativa, novamente tereis de reunir-vos em 14 de julho, para providenciar sobre as leis anuais e as resoluções de caráter permanente que vos inspirarem o vosso patriotismo e devoção à causa pública. Já por esse tempo deverá estar escolhido pelo voto popular o meu sucessor no cargo em cujo caráter ora vos dirijo esta mensagem.

[...]

Por mim posso garantir-vos que, no prazo que resta ao meu governo, tereis na administração o vosso mais sincero e constante cooperar, em tudo que disser respeito ao progresso e à felicidade do Estado,

A legislatura que acaba de findar o seu triênio constitucional teve por missão assentar os fundamentos da nossa organização de Estado autônomo; e, honra lhe seja, no desempenho dessa difícil tarefa soube haver-se com elevação de vistas e incontestável civismo.

[...]

Natal, 31 de janeiro de 1895. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (RIO GRANDE DO NORTE, 1896o, p. 3, 8-9).

Em seu relatório dirigido ao governador Pedro Velho (1º de julho de 1895), o Diretor-Geral da Instrução Pública, professor Francisco Pinto de Abreu, fazia considerações sobre a situação institucional da educação escolar no Rio Grande do Norte, de conformidade com o regime republicano e federativo. Para tanto, ensaiou algumas qualidades específicas do sistema de organização do ensino público num regime republicano e federativo, especialmente no Rio Grande do Norte: monopólio do Estado, liberdade para iniciativa particular e sistema misto.

No Rio Grande do Norte, estimular a educação municipal com a moderada competência do Estado teria sido um

dos pressupostos do Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1892. A autonomia do município, em matéria de educação, consagrada pela Constituição Política do estado, de 1892, e pelas leis orgânicas do estado, seria uma faculdade de difícil materialização nos seus princípios de descentralização e de municipalização.

Na percepção do Diretor-Geral da Instrução Pública, professor Francisco Pinto de Abreu (RIO GRANDE DO NORTE, 1896p, p. 2), as causas dessa difícil materialização seriam tanto as condições de raça, educação e topografia quanto de ordem moral ou econômica. E de modo mais categórico afirmava “[...] o certo é que o aparelho comunal entre nós ainda não tem no organismo político do Estado um funcionamento completo, indispensável à prática do sistema federativo”. Tal percepção levou-o a julgar “[...] o quanto precoce foi a organização federativa que a República nos deu, certamente aquela nossa conclusão não deve admirar”. Aos municípios carecia, acima de tudo, amoldarem-se aos fundamentos políticos e jurídicos do regime republicano e federativo.

Na condição de Diretor-Geral da Instrução Pública, o professor Francisco Pinto de Abreu (1896, p. 6) asseverava que

[...] empregar os meios para difundir a primeira instrução popular é um dever do homem e do cidadão [...]. Agir neste sentido é ao mesmo tempo um direito e um dever por parte dos governos democráticos”.

Entre os sistemas de organização da educação escolar primária – monopólio do Estado, liberdade absoluta e sistema misto –, o Rio Grande do Norte, como estado federado da nação brasileira, havia preferido o sistema misto (estado e município) no tocante às competências financeiras e pedagógicas da educação escolar.

Em sua última mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado (14 de julho de 1895), o governador Pedro Velho reconhecia o quão difícil estava sendo a organização republicana e federativa do Rio Grande do Norte. Seu discurso (1896q, p. 13) atestava bem essa realidade: “A obra de 15 de novembro assentada em bases sólidas e indestrutíveis, embora os obstáculos com que ainda tenhamos de lutar para uma adaptação perfeita e homogênea.”

No regime republicano e federativo, como assim era a nação brasileira – ressaltava o governador Pedro Velho –, o primeiro e mais assíduo desvelo deveria ser o respeito à Constituição, cujos fundamentos essenciais e cujas livres conquistas, por excelência, situam-se no plano do governo presidencialista e do regime federativo. E era assim que manifestava sua lealdade e seu patriotismo:

Esse é o núcleo em torno do qual se devem arregimentar todas as forças do nosso civismo. Acatá-lo é robustecer o novo organismo político que há de elevar e enobrecer o Brasil [...] E, se a nossa missão deve, antes de tudo, consistir em fazer a república amada pelo povo, a conduta

que seguimos é a prova de que estamos honradamente em nosso papel (RIO GRANDE DO NORTE, 1896q, p. 13; 16).

Quanto ao sistema misto de organização da educação primária pública – estado e município exercendo as competências financeiras e pedagógicas da educação escolar –, o governador Pedro Velho (RIO GRANDE DO NORTE, 1896q, p. 26) ressaltava com um sentimento de dever cumprido: “A frequência de alunos e alunas em certas escolas é, sem dúvida, satisfatória, numa delas mesmo extraordinária e superior ao trabalho de um só mestre, e o aproveitamento regular.” Em contrapartida, também se mostrava consciente do fato de não haver edifícios próprios para o funcionamento das escolas e de serem os poucos de que se dispunha desprovidos de mobília conveniente e de indispensável material de ensino.

Aproximadamente 1 mês e 16 dias após a última mensagem do governador Pedro Velho, o Congresso Legislativo do Estado autorizou-o a proceder à revisão dos vigentes Regulamentos da Instrução Pública, com a condição de que, das alterações constantes, não adviessem ônus consideráveis para os cofres do estado (Lei nº 67, de 30 de agosto de 1895).

Mediante essa autorização do Congresso Legislativo, Pedro Velho sancionou a reforma da educação primária pública, regida pelo regulamento que reorganizava a instrução primária do estado (aprovado pelo Decreto nº 60, de 14 de fevereiro de 1896).

Cabe, então, perguntar: o regulamento que reorganizou a instrução pública do estado (1896) observaria, em seus fundamentos e em suas prescrições, os princípios republicanos, federativos e liberais da Constituição Brasileira de 1891 e da Constituição do Rio Grande do Norte de 1892, especialmente para a educação primária? De conformidade com esse regulamento de 1896, assim se prescrevia:

Art. 1º - O ensino público no Estado do Rio Grande do Norte compreende:

Ensino primário

Ensino secundário

Ensino normal

Art. 2º - O ensino primário será dado nas escolas primárias mantidas pela Lei nº 6 de 30 de maio de 1892, e em quaisquer outros estabelecimentos que, por sua natureza e categoria [...].

[...]

Art. 5º - O ensino será leigo e gratuito.

Art. 6º - O ensino particular ou municipal é completamente livre e independente.

[...]

Art. 7º – A Direção superior do ensino compete à Diretoria Geral da Instrução Pública, que terá a seu cargo:

1º – Dirigir, fiscalizar e superintender o ensino público em todos os estabelecimentos de instrução existentes no Estado.

2º – Fiscalizar o ensino municipal e particular nos termos deste Regulamento.

3º – Organizar a estatística do ensino.

4º – Executar e fazer executar todas as leis e regulamentos da Instrução Pública.

[...]

Art. 11 – Ao Diretor Geral da Instrução Pública compete:

1º – Fiscalizar diretamente e superintender todos os estabelecimentos do ensino público.

2º – Estudar todas as questões referentes à instrução pública, sua aplicação e prática no Estado.

[...]

8º – Apresentar anualmente ao Governador um minucioso relatório do movimento do ensino público e seu desenvolvimento no Estado.

9ª - Expedir instruções e programas pedagógicos aos estabelecimentos do ensino público.

[...]

Art. 38 – Haverá, em cada município, pelo menos uma cadeira de cada sexo.

[...]

Art. 105 – O governo fornecerá às escolas o material indispensável para a boa execução dos programas do ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1896s, p. 3, 4, 5, 6, 14 e 28).

Por seu turno, o regulamento de 1896, que reorganizou a Instrução Pública do estado, igualmente preservaria os princípios do regulamento de 1892 quanto à definição da educação escolar primária como sendo leiga e gratuita (art. 5º); o ensino municipal ou particular livre e independente (art. 6º); a educação primária como um direito civil e social para meninos e meninas (sujeitos destinatários dessa educação); o ensino municipal e particular fiscalizado pela Diretoria-Geral da Instrução Pública (art. 7º, item 2º); uma escola para cada sexo, por município (art. 38); o material escolar indispensável para a boa execução dos programas do ensino sob o encargo do governo (art. 105).

O regulamento de 1896 (RIO GRANDE DO NORTE, 1896s, p. 14) prescrevia o mesmo programa das matérias do ensino

constante do regulamento de 1892, cabendo ao Diretor-Geral da Instrução Pública expedir “[...] programas circunstanciados e observações pedagógicas sobre cada uma das matérias do ensino e bem assim sobre a distribuição dos trabalhos e do tempo”.

Os fundamentos do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1896, assim como os do regulamento de 1892, estavam consubstanciados nos preceitos constitucionais e liberais da Constituição Brasileira de 1891, especialmente nas suas prescrições de gratuidade, laicidade e o direito civil e social à educação primária para meninos e meninas. Ademais, os preceitos constitucionais e liberais da Constituição do Rio Grande do Norte de 1892 estabeleciam ao poder público o encargo de legislar sobre instrução pública, instituindo, mantendo e subvencionando escolas e outras instituições que julgassem necessário, além de criar e de manter escolas de educação cívica e instrução primária gratuita. Nesse regulamento de 1896, pelas explicações de Araújo (2009), o poder público suscitava formas mais racionais de sociabilidade escolar. Assim, tratava

[...] de imprimir uma regulação meticulosa sobre a escola, o aluno, o professor, o programa de ensino e aprendizagem, que já havia adquirido legitimidade no mundo ocidental, por ter desencadeado uma percepção da escola como a principal agência de moralização educativa e de controle social sobre a criança (ARAÚJO, 2009, p. 120).

Nesse sentido, a orientação da Diretoria-Geral da Instrução Pública era de dirigir, fiscalizar e superintender o ensino público do estado; fiscalizar o ensino municipal e particular; executar e fazer executar todas as leis e regulamentos da Instrução Pública. Na verdade, como destacou Araújo (2009, p. 121), praticava-se, no Rio Grande do Norte, “[...] o que vinha sendo advogado pela Pedagogia Moderna, pelas novas concepções de infância que estavam em uso nas escolas públicas estrangeiras”. No século XIX, educar era, portanto, para as elites políticas educacionais internacionais, nacionais e locais, pôr em execução formas mais racionais de sociabilidades escolares e pedagógicas.

O regulamento de 1896, similarmente ao regulamento de 1892, revigorava a crença republicana de a educação escolar haver de ser o entremeio para o exercício dos direitos civis. Visando a esse alcance, o Diretor-Geral da Instrução Pública, professor Francisco Pinto de Abreu (1896, p. 3 e 4), sentenciava: “É direito e dever do Estado, na ordem atual das coisas, instituir escolas, sustentá-las, difundi-las. A unificação do ensino corresponderia à unificação da pátria.”

A unificação do ensino para a aprendizagem de todas as crianças – sujeitos destinatários da educação primária – corresponderia à unificação da pátria, necessariamente orientada por um *corpus* de leis de fundamentos liberais, republicanos, federativos e civis. Em outras palavras, como sublinha Cury (2001,

p. 279), devia-se “[...] buscar na descentralização os caminhos da cidadania republicana”. Aos estados federados, portanto, caberia efetivar a educação primária para todos mediante um *corpus* de leis republicanas.

O filósofo Rousseau (1997) teorizava que a base de todo sistema social e político é pactuado por leis públicas. Conforme esse filósofo iluminista, para unir os direitos aos deveres e conduzir a justiça a seu objetivo último eram imprescindíveis leis públicas de interesse da coisa pública da *res publica*.

Nessa direção, teorizava Kant (2014, p. 161), o estado republicano não é outra coisa “[...] senão um *sistema representativo* do povo, para em seu nome e pela união de todos os cidadãos cuidar dos direitos do povo, por intermédio de seus delegados (deputados)”. Por conseguinte, a própria vontade geral deve ser, imprescindivelmente, o fundamento originário de todos os contratos públicos ou de todos os direitos do povo.

No estado do Rio Grande do Norte, a educação escolar primária para meninos e meninas – sujeitos destinatários do direito à educação escolar como coisa pública da *res publica* – teria sido um dos propósitos das Constituições e do *corpus* de leis públicas que nem sempre garantem unir direitos, deveres e conduzir à justiça a sua finalidade, como assim teorizou o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau.

A educação primária direcionada para os sujeitos destinatários de direito civil e social de estudar e de aprender (meninos e meninas), em seus propósitos republicanos e federativos como dever do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte será objeto de uma abordagem no capítulo subsequente.

Capítulo Três

A educação primária pública de cumprimento institucional pelo estado e municípios (1896-1900)

O acontecimento histórico da primeira eleição pelo voto direto no Rio Grande do Norte (14 de junho de 1895) e a conseguinte vitória do desembargador Joaquim Ferreira Chaves Filho e do poeta, jornalista e desembargador Francisco de Sales Meira e Sá, respectivamente, como governador e vice-governador do estado, alargou o debate da educação escolar como exigência social e base política dos programas democráticos de governos republicanos.

O presente capítulo analisa as políticas públicas estritas da educação escolar primária e os sujeitos destinatários, bem como as suas determinações de competências relativas ao estado e aos municípios.

Governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho, eleito pelo voto direto

Joaquim Ferreira Chaves Filho e Francisco de Sales Meira e Sá foram eleitos em 14 de junho de 1895 e empossados em 25 de março de 1896, respectivamente, como governador e vice-governador do Rio Grande do Norte, administrando o estado por 4 anos (25 mar. 1896 a 25 mar. 1900).

O governador Joaquim Ferreira Chaves Filho e o seu vice-governador Francisco de Sales Meira e Sá foram os primeiros eleitos pelo voto direto para governar o Rio Grande do Norte. O historiador Souza (2008, p. 313) assegura que o apoio político de Pedro Velho “[...] foi decisivo para Ferreira Chaves derrotar, nas urnas, o seu adversário, José Moreira Brandão Castelo Branco”.

Em sua primeira mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado (14 de julho de 1896), o governador Ferreira Chaves congratulava-se, primeiramente, com a pátria,

[...] que segue a direção dos seus grandiosos destinos, vendo firmemente consolidada a República que, embora aspérrimas provações e duríssimos abalos, tem grandemente impulsionado o nosso progresso, mostrando-se, como sistema de governo, preferível, sob todos os pontos de vista, ao regime que desapareceu no vórtice da gloriosa revolução de 15 de Novembro (RIO GRANDE DO NORTE, 1896v, p. 3).

Nessa primeira mensagem, o governador Ferreira Chaves (1896, p. 11), com o dever de prestar contas minuciosas dos negócios públicos, explicava que a educação ministrada nas escolas públicas primárias “[...] estava longe ainda de corresponder à exigência social que faz consistir na instrução popular a melhor e a mais segura base dos programas democráticos”. A insuficiência de recursos financeiros teria sido uma das dificuldades para uma razoável organização da educação escolar. Mesmo assim, nutrindo o desejo de que a educação primária viesse a satisfazer, pelo menos em parte, àquela exigência social, o governador Ferreira Chaves pediu autorização aos deputados para a criação de mais uma escola do sexo masculino no bairro alto da cidade de Natal, além de complementar a reforma feita, no ano precedente (1895), com a conveniente criação de uma escola modelo.

Na mesma linha de questionamento do capítulo anterior, pergunta-se: no estado do Rio Grande do Norte, durante a administração de Ferreira Chaves, houve um aumento da rede de escolas primárias, nas suas classificações de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância, bem como da repartição de competências entre estado e municípios?

Pelo relatório do Secretário do Governo do estado do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão (15 de junho de 1896), e pelo relatório do vice-diretor geral da Instrução Pública,

Horácio Barreto de Paiva Cavalcanti (1^a de julho de 1896), pode-se constatar a quantidade de escolas primárias públicas por entrâncias (3^a, 2^a e 1^a) e a respectiva matrícula de alunos e alunas no período de janeiro a dezembro de 1895 e de janeiro a março de 1896 (Quadro 9).

Quadro 9 - Cadeiras (Escolas) do Estado do Rio Grande do Norte
(1895 e 1896)

Ano	Escola Primária Pública				Matrícula		
	3 ^a Entrância	2 ^a Entrância	1 ^a Entrância	Total	Alunos	Alunos	Total
1895 janeiro a dezembro	4	22	50	76	-	-	2.982
1896 janeiro a março	4	22	50	76	-	-	2.725

Fonte: Rio Grande do Norte (1896t).

Fonte: Rio Grande do Norte (1896u).

Comparando o período de janeiro a dezembro de 1895 e de janeiro a março de 1896, percebe-se um decréscimo na quantidade da matrícula de alunos e alunas (257) das escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário do Estado do Rio Grande do Norte. Por sua vez, o número de escolas primárias públicas estaduais (76) é o mesmo do ano de 1893 (Quadro 7): 4 escolas situavam-se na capital Natal, 22 escolas situavam-se em 11

cidades-sede de 11 municípios e 50 escolas situavam-se em 25 vilas-sede dos outros 25 municípios do estado.

Se, por um lado, o número de escolas primárias sob o encargo orçamentário do estado é o mesmo em 1893 e 1896, por outro lado, precisa-se averiguar se a quantidade de escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário dos municípios permaneceu a mesma ou não.

No relatório do Secretário do Governo, Alberto Maranhão (15 de junho de 1896) –, especialmente na parte referente às circunscrições municipais, em que figuram todos os 37 municípios do estado – foram pesquisadas, no item *Instrução*, as escolas primárias municipais (1896) quanto à localidade, município, escolas masculinas, escolas femininas e escolas mistas (Quadro 10).

Quadro 10 - Cadeiras (Escolas Municipais) do Estado
do Rio Grande do Norte (1896)

Localidade	Município	Escolas			Número de Escolas
		Masculinas	Femininas	Mistas	
Natal*	Natal	2	-	-	2 escolas masculinas
Ponta Negra	Natal	-	1	-	1 escola feminina
Laranjeira do Cosme	São José de Mipibu	-	-	-	1 escola
Vila Flor**	Canguaretama	1	-	-	1 escola masculina
Baía Formosa**	Canguaretama	1	-	-	1 escola masculina
Barra do Cunhaú**	Canguaretama	1	-	-	1 escola masculina
Espírito Santo***	Goianinha	-	-	-	1 escola
Piau***	Goianinha	-	-	-	1 escola
Campo de São João	Nova Cruz	1	-	-	1 escola masculina
Brejinho	Santo Antônio	-	-	-	1 escola
Panelas	Macaíba	-	-	-	1 escola
Ceará-Mirim****	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Muriú	Ceará-Mirim	-	1	-	1 escola feminina
Extremoz	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Capela	Ceará-Mirim	1	-	-	1 escola masculina
Macau	Macau	-	1	-	1 escola feminina
Alagamar	Macau	-	-	1	1 escola mista
Pendência	Macau	-	1	-	1 escola feminina
Carapebas*****	Angicos	-	-	1	1 escola mista

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Gaspar Lopes*****	Angicos	1	-	-	1 escola masculina
Mossoró	Mossoró	1	1	-	1 escola masculina 1 escola feminina
Santo Antônio	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Sant'Ana	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Macambira	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
São Sebastião	Mossoró	-	-	1	1 escola mista
Grossos	Areia Branca	-	-	1	1 escola mista
Upaneminha	Areia Branca	-	-	1	1 escola mista
Ponta do Mello	Areia Branca	-	-	1	1 escola mista
Córrego	Areia Branca	-	-	1	1 escola mista
Mutamba	Assú	-	-	-	1 escola
Linda Flor	Assú	-	-	-	1 escola
Poço da Lavagem	Assú	-	-	-	1 escola
Rosário	Assú	-	-	-	1 escola
Apodi*****	Apodi	-	-	1	1 escola mista
Upanema	Triunfo	-	-	-	1 escola
Sangradouro(sítio)	Triunfo	-	-	-	1 escola
São Luiz (sítio)	Currais Novos	-	-	-	1 escola
Caicó	Caicó	1	1	-	1 escola masculina 1 escola feminina
São Fernando	Caicó	-	-	-	2 escolas
Jardim de Piranhas	Caicó	-	-	-	1 escola

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

São Miguel de Jucurutu	Caicó	-	-	-	1 escola
Carnaubal (sítio)	Martins	-	-	-	1 escola
Portalegre	Portalegre	-	-	2	2 escolas mistas
Vitória	Pau dos Ferros	-	-	1	1 escola mista
Luiz Gomes*****	Luiz Gomes	-	-	1	1 escola
45	21	12	6	14	50 escolas primárias municipais

Fonte: Rio Grande do Norte (1896t).

* As 2 escolas masculinas da cidade de Natal (município de Natal) eram noturnas.

** As escolas masculinas das povoações de Vila Flor, Baía Formosa e Barra do Cunhaú (município de Canguaretama) registraram uma frequência de 40 alunos, aproximadamente.

*** As escolas das povoações de Espírito Santo e Piau (município de Goianinha) registraram uma frequência de 100 alunos, aproximadamente.

**** A escola masculina da cidade de Ceará-Mirim (município de Ceará-Mirim) era noturna.

***** A escola mista da povoação de Carapebas e a escola masculina do arraial de Gaspar Lopes (município de Angicos) registraram uma frequência de 100 alunos.

***** A escola mista da cidade de Apodi (município de Apodi) registrou uma frequência de 20 alunos, aproximadamente.

***** A escola da vila de Luiz Gomes (município de Luiz Gomes) registrou uma frequência de 30 alunos, aproximadamente.

Pelo relatório do Secretário do Governo do estado do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão (15 de junho de 1896), verifica-se o seguinte quadro institucional da municipalidade da educação primária: no ano de 1896, havia 50 escolas primárias públicas municipais. Essas 50 escolas primárias eram mantidas por 21 municípios, sendo 9 escolas situadas em cidades, 3 situadas em vilas, 28 em povoações, 6 em pequenos lugarejos, 3 em sítios e 1 escola em 1 arraial. Desse total, 12 eram masculinas, 6 femininas e 14 mistas (Quadro 10).

Quando comparada a quantidade de escolas municipais entre os anos de 1894 e de 1896, evidencia-se um significativo acréscimo de escolas e, conseqüentemente, de matrícula de alunos e alunas, conforme explicitado a seguir: em 1894, as escolas municipais eram 33 (Quadro 8); em 1896, totalizavam 50 (Quadro 10). Ou seja, no período de 2 anos (1894-1896), houve um acréscimo no número de escolas primárias públicas municipais de, aproximadamente, 52%.

Também se faz necessário assinalar o fato de que, em 1894, eram 13 os municípios que mantinham escolas primárias sob

o seu encargo orçamentário, enquanto no ano de 1896 eram 21 os municípios que exerciam a competência de criar e de manter escolas de educação primária gratuita, de conformidade com o disposto na Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte de 1892. Assim, no período de 2 anos (1894-1896), houve um acréscimo de, aproximadamente, 62% na quantidade de municípios que haviam criado e mantinham escolas primárias públicas.

No ano de 1896, das 50 escolas primárias públicas municipais, a maioria (38) estava situada em localidades que não eram sedes de municípios, mas povoados, pequenos lugares, sítios e arraiais. Por conseguinte, a nossa hipótese é a de que os municípios norte-rio-grandenses, quase em conjunto, decidiram criar e manter escolas primárias públicas em localidades onde o Estado ainda não havia cumprido essa obrigação constitucional.

Os encargos do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte na competência da difusão da educação escolar primária pública, para torná-la vantajosamente útil e apta à consecução dos seus grandes fins sociais, estariam associados – conforme ressaltava o relatório do Secretário do Governo do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão (15 de junho de 1896) – à efetivação das disposições constitucionais e regulamentares discutidas, votadas e aprovadas pelos legisladores. Nos termos daquele relatório, determinava-se:

A instrução começa a ser praticada de acordo com os regulamentos e, apesar dos inúmeros vícios de origem que não puderam ser evitados na sua organização, em virtude das garantidoras disposições das nossas leis, que respeitaram os direitos adquiridos [...] pode-se afirmar que, em futuro talvez não remoto, seja o ensino público, de acordo com os modernos métodos científicos, uma realidade prometedora em nossa terra (RIO GRANDE DO NORTE, 1896t, p. 45).

Ao observar as disposições do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1896, o relatório do Vice-Diretor Geral da Instrução Pública Horácio Barreto de Paiva Cavalcanti (1º de julho de 1896) – substituto do Diretor-Geral da Instrução Pública, Francisco Pinto de Abreu –, recomendava ao governo do estado que, com a prévia autorização do Congresso Legislativo, repartisse a escola do sexo masculino, localizada no bairro da Cidade Alta da capital Natal, em duas unidades escolares, pelo fato de a frequência, nessa escola, ultrapassar a média de 60 alunos.

Para essa consecução, conforme proposta do vice-diretor Horácio Barreto de Paiva Cavalcanti (1896, p. 5), conceder-se-ia uma gratificação ao professor da escola, visando incentivá-lo a

[...] abrir na mesma casa uma aula noturna para menores, na qual seriam ensinados sucintamente as matérias do Regulamento Geral com ligeiras modificações, tendentes a tornar exequível o programa primário.

Isso seria feito no ano de 1898, ou seja, dois anos depois.

A competência dos municípios de criar e manter escolas de educação primária gratuita, como um dos fundamentos republicanos e federativos da Constituição Política do estado do Rio Grande do Norte de 1892, fez com que comesse a haver um decréscimo na matrícula de alunos e alunas das escolas sob o encargo orçamentário do Estado (Quadro 9).

O então Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas (nomeado em 22 de janeiro de 1897), reafirmava, em seu primeiro relatório (5 de julho de 1897), que a educação era a base do progresso de um povo. Por isso mesmo, era necessário disseminar a educação primária por todas as localidades do estado.

Naquele ano de 1897, devido à elevada quantidade de alunos e alunas matriculados nas escolas primárias estaduais do município de Natal, a Diretoria-Geral da Instrução Pública chegou a “[...] mandar excluir alunos das escolas, como [acontecer] há pouco com a escola da cidade alta, a cargo do professor José Ildefonso Emerenciano, da qual foram excluídos 50 alunos”.

Por meio do seu relatório, Manoel Dantas expunha a situação da matrícula nas escolas primárias públicas de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância, mantidas pelo Estado no período de janeiro a março de 1897: as 4 escolas estaduais de 3ª entrância (capital), 2 masculinas e 2 femininas, registravam uma matrícula de 260 alunos: 140 meninos e 120 meninas. Por sua

vez, em cada escola primária, havia uma média de 70 meninos e 60 meninas estudando.

Mediante esse relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, a matrícula nas escolas primárias públicas de 2ª entrância (cidades-sede de 11 municípios), no mesmo período de janeiro a março de 1897, era a seguinte: as 22 escolas estaduais, 11 masculinas e 11 femininas, compreendiam uma matrícula de 859 alunos: 425 meninos e 434 meninas. Portanto, em cada escola primária, havia uma média de 38 meninos e 39 meninas estudando.

Consoante esse relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, percebe-se a situação da matrícula nas escolas primárias públicas de 1ª entrância (vilas-sede de 25 municípios), no mesmo período de janeiro a março de 1897: as 50 escolas estaduais, 25 masculinas e 25 femininas, possuíam uma matrícula de 1.549 alunos: 804 meninos e 745 meninas. Assim, em cada escola primária, existia uma média de 32 meninos e 30 meninas estudando.

Constata-se, em síntese, o seguinte quadro de matrícula na educação primária pública estadual, no período de janeiro a março de 1897: as escolas de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância – igualmente ao período de janeiro a março de 1896 – seriam, respectivamente, 4, 22 e 50. Numa outra perspectiva, a matrícula de 2.725 alunos (janeiro a março de 1896)

foi reduzida para 2.668 alunos, sendo 1.369 meninos e 1.299 meninas. Portanto, aproximadamente 51% da matrícula era de meninos e 49% de meninas.

Quando comparado o período de janeiro a março de 1896 com o mesmo período de 1897, percebe-se a diminuição progressiva na matrícula de alunos e alunas (57) das escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário do estado do Rio Grande do Norte.

É ainda no já mencionado relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública que se registra a quantidade de escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário das municipalidades: enquanto, em 1896, as escolas primárias municipais correspondiam, aproximadamente, a 50, como visto acima (Quadro 10), em 1897, esse total havia sido reduzido para 42 escolas. Ou seja, no período de 1 ano (1896-1897), houve um decréscimo na quantidade de escolas primárias públicas municipais de 16%.

Também vale considerar o fato de que, no ano de 1896, eram, pelo menos, 21 os municípios que exercitavam a competência de criar e de manter escolas de educação primária pública; no ano seguinte (1897), os municípios aos quais cabia tal competência eram 19. Portanto, no período de 1 ano (1896-1897), pelo menos 2 municípios deixaram de assumir/exercer essa função.

Na segunda mensagem que dirigiu ao Congresso Legislativo (14 de julho de 1897), o governador Joaquim Ferreira Chaves Filho (1897b, p. 3) relatava a condição de perfeita tranquilidade social e política no estado, declarando, enfaticamente: “A nossa vida política e social prossegue sem choques nem agitações, a todos garantida a segurança inteira de suas liberdades e o pleno exercício dos seus direitos”.

Como fica evidente, para o governador, tudo estava posto em perfeita harmonia. Além do mais, mostrava-se ciente de que as conquistas que fazem o patrimônio das modernas democracias, com base nos fundamentos liberais, orientaram o Congresso Constituinte a discutir, votar e promulgar – durante o governo de seu antecessor, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão – a segunda Constituição do Rio Grande do Norte (7 de abril de 1892). Não obstante, é ainda nessa sua segunda mensagem dirigida ao Congresso Legislativo que alerta para o fato de que o momento exigia uma nova Constituição Política para o estado. Só assim, acreditava, seria possível eliminar os embaraços às boas práticas republicanas e federativas da administração.

Pelo relatório do Secretário do Governo, Joaquim Soares Raposo da Câmara (15 de junho de 1898), constata-se que, na eleição realizada, em 15 de novembro de 1897, para o Congresso Constituinte do Estado, foram eleitos 24 deputados.

Em 11 de julho de 1898, por conseguinte, o Congresso Constituinte promulgava a terceira Constituição Política do Rio Grande do Norte. Essa Carta Magna, como Constituição de 1892, preceituava que a organização político-administrativa do estado se baseava na autonomia do município.

A Constituição Política do Estado de 1892, assim como a Constituição Política de 1898, fundamentava-se, na sua generalidade, nas teorizações de Rousseau (1997, p. 107-108 e 136), para quem a República seria “[...] o Estado regido por leis, sob qualquer forma de administração que possa conhecer [...]”, em que o governo, por meio dos representantes do povo, é “[...] encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, tanto civil como política”.

Observadas as disposições da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), em especial quanto ao estado federativo e ao governo republicano e representativo, os Deputados Constituintes atribuíram como prerrogativa exclusiva do Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte, entre outras funções:

Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las.

Prescrever as medidas necessárias para que se organize a estatística do Estado.

Legislar sobre instrução pública, tendo em vista auxiliar e desenvolver o progresso da educação e do ensino.

Decretar as leis orgânicas para execução completa da Constituição.

Auxiliar e desenvolver o progresso das ciências, letras e artes do Estado, instituindo, mantendo e subvencionando escolas e outros estabelecimentos que julgar necessários (RIO GRANDE DO NORTE, 1898c, p. 7, 8 e 9).

A Constituição Política do Rio Grande do Norte (de 1898), obviamente, preservaria, em seus preceitos básicos, as prerrogativas exclusivas do Congresso Legislativo do Estado, em matéria de fazer leis, interpretá-las, revogá-las, legislar sobre instrução pública, decretar as leis orgânicas, entre outras atribuições legislativas.

Ademais, a organização do município, como base político-republicana e federativa do estado, era seguramente um dos preceitos estabelecidos pela Constituição Política do Rio Grande do Norte de 1898. Respeitada essa disposição, os Deputados Constituintes prescreveram diretrizes relativas à organização municipal e atribuições das intendências, assim pontuando:

Considerar-se-á município a circunscrição territorial que tenha, pelo menos, dez mil habitantes, uma cidade ou vila que lhe sirva de sede, observadas as demais condições da respectiva lei orgânica, respeitados, porém, os municípios existentes.

O poder municipal será exercido por uma Intendência composta de sete membros.

Os intendentess serão eleitos por sufrágio direto, garantida a representação da minoria, e servirão durante três anos.

Serão atribuições das Intendências:

Orçar anualmente a receita e fixar a despesa do município, decretando de acordo com as leis do Estado impostos e contribuições.

Criar e manter escolas de educação cívica e instrução primária gratuita (RIO GRANDE DO NORTE, 1898c, p. 23 e 24).

A Constituição Política do Rio Grande do Norte (de 1898), portanto, conservaria as competências dos municípios quanto a orçar, anualmente, a sua receita, fixar a própria despesa, criar e manter escolas de educação cívica e de instrução primária gratuita.

Em 14 de julho de 1898 (três dias após a promulgação da Constituição Política do Rio Grande do Norte), o governador Ferreira Chaves apresentou sua terceira mensagem ao Congresso Legislativo, exaltando o acontecimento histórico da promulgação da terceira Constituição Política do Estado e enaltecendo o trabalho dos Deputados Constituintes na desenvolvimento de suas obrigações legislativas, assim se pronunciando:

O estatuto constitucional que – desde 7 de abril de 1892 – rege os destinos deste Estado, não obstante o patriotismo e a sabedoria do Congresso que o elaborou, inspirado pelos sãos princípios de liberdade e justiça nele consagrados e que devem ser a base do código político de um povo republicano, tornou-se, em sua aplicação, passível de modificações e emendas, que melhor o acomodassem às circunstâncias do nosso meio.

[...]

Alheio, como representante do poder executivo, às responsabilidades dessa reforma, direta e exclusivamente emanada de especiais representantes da soberania popular, praz-me, entretanto, declarar-vos que melhor não se poderiam desempenhar, da árdua tarefa os ilustres membros da Constituinte que tão criteriosamente souberam adaptar as boas doutrinas à lição da experiência. Legislando para o bem público – eles tiveram em vista ao mesmo tempo que o respeito devido às conquistas democráticas, que são o patrimônio da civilização ocidental, o conhecimento dos legítimos interesses adstritos à índole, aos ditames e às necessidades especiais do nosso povo.

Nem outro proceder seria presumível em patriotas que, espontânea e livremente escolhidos, receberam dos seus concidadãos a honrosa e nobre tarefa de codificar as suas aspirações e os seus intuitos num Estado em que o sentimento da federação – alicerce inabalável da República – fez no coração e nos espíritos a sua definitiva conquista, e que hoje constitui a nossa fé irrevogável (RIO GRANDE DO NORTE, 1898d, p. 3-4).

Ao governador, o cumprimento das conquistas democráticas teria sido uma diretriz constante para os Deputados Constituintes. Consequentemente, o sentimento da federação constituiu a base inquebrantável do regime republicano no Rio Grande do Norte.

Os encargos da promoção e desenvolvimento da educação escolar primária, constantes na Constituição de 1898, continuariam como competências de organização político-administrativa do estado e dos municípios. Isso é corroborado na sua terceira mensagem, na qual o governador cientificava os deputados da ação de muitos dos municípios do estado relativamente à criação e manutenção de escolas primárias públicas.

Naquela mensagem, o governador Ferreira Chaves (1898, p. 6) dizia que a elevada frequência em algumas escolas do estado, especialmente no município de Natal, continuava a ocorrer: “Na capital [Natal], sobretudo, a excessiva frequência de alunos, impossibilita os professores de bem desempenharem os seus deveres.” Indispensavelmente, “[...] um pequeno acréscimo na despesa com o custeio de mais duas cadeiras primárias, cuja criação se me afigura urgente e indispensável, constituiria um sacrifício plenamente justificado”.

No seu segundo relatório como Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas (30 de junho de 1898) ressaltava a favorável concorrência dos municípios do Rio Grande do Norte na

criação e manutenção de escolas primárias. Dessa forma, o Diretor-Geral da Instrução Pública Manoel Dantas (1898, p. 8) afirmava: “Quase todos os municípios mantêm geralmente cadeiras de ensino primário, prestando assim valioso concurso ao alargamento da instrução pública”.

Nesse segundo relatório de Manoel Dantas, observa-se outra situação da matrícula nas escolas primárias públicas de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância, mantidas pelo Estado no período de abril a dezembro de 1897: as 4 escolas estaduais de 3ª entrância (capital), 2 masculinas e 2 femininas, registravam uma matrícula de 249 alunos: 129 meninos e 120 meninas. Assim sendo, em cada escola primária, havia uma média de 64 meninos e 60 meninas estudando.

Antes – janeiro a março de 1897 – havia, nessas escolas estaduais, uma matrícula de 260 alunos: 140 meninos e 120 meninas. Ou seja, houve uma diminuição de, aproximadamente, 4% no total de alunos matriculados.

Ainda de acordo com esse relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública (1898), constata-se mais uma nova situação da matrícula nas escolas primárias públicas de 2ª entrância (cidades-sede de 11 municípios), no mesmo período de abril a dezembro de 1897: as 22 escolas estaduais, 11 masculinas e 11 femininas, compreendiam uma matrícula de 977 alunos – 510

meninos e 467 meninas. Por sua vez, em cada escola primária, existia uma média de 46 meninos e 42 meninas estudando.

Pode-se dizer, então, que há um aumento progressivo de, pelo menos, 14% na matrícula dessas escolas estaduais com relação ao período de janeiro a março de 1897, quando houve uma matrícula de 859 alunos: 425 meninos e 434 meninas. Ou seja, houve um acréscimo de, aproximadamente, 20% na matrícula de meninos e 8% na matrícula de meninas.

Nas escolas primárias públicas de 1ª entrância (vilas-sede de 25 municípios), no mesmo período de abril a dezembro de 1897: as 50 escolas estaduais, 25 masculinas e 25 femininas, apresentavam uma matrícula de 1.633 alunos: 844 meninos e 789 meninas. Assim, em cada escola primária, existia uma média de 34 meninos e 32 meninas matriculados.

Nesse período de abril a dezembro de 1897, houve um acréscimo de, aproximadamente, 5% em relação ao período de janeiro a março de 1897, quando a matrícula foi de 1.549 alunos: 804 meninos e 745 meninas. Portanto, registrou-se um aumento de, mais ou menos, 5% na matrícula de meninos e 6% na matrícula de meninas.

A estatística da matrícula da educação primária pública estadual, no período de abril a dezembro de 1897, era a seguinte: as escolas de 3ª entrância, de 2ª entrância e de 1ª entrância, igualmente ao período de janeiro a março de 1897, totalizavam,

respectivamente, 4, 22 e 50, respectivamente. A matrícula de 2.668 alunos foi ampliada para 2.859 alunos, sendo 1.483 meninos e 1.376 meninas. Percebe-se que, aproximadamente, 52% correspondiam à matrícula de meninos e 48% à matrícula de meninas.

O Quadro 11, a seguir, demonstra a quantidade de escolas primárias públicas por entrância (3^a, 2^a e 1^a) e a respectiva matrícula de alunos e alunas no período de janeiro a março de 1897 e de abril a dezembro de 1897.

Quando comparados os períodos de janeiro a março de 1897 e de abril a dezembro de 1897 (Quadro 11), constata-se um aumento na quantidade da matrícula de alunos e alunas (191) das escolas primárias públicas sob o encargo orçamentário do estado do Rio Grande do Norte. Por sua vez, o número de 76 escolas primárias estaduais, em suas designações de 3^a entrância, de 2^a entrância e de 1^a entrância, não foi alterado.

O segundo relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas (1898, p. 3), trazia a justificativa da baixa frequência de alunos e alunas nas escolas públicas, de maneira geral, no ano de 1898: “É grande o número de professores licenciados, a pretexto de tratamento da saúde, mas pelo motivo real de buscarem meios de subsistência na zona favorável das chuvas”. Na verdade, a seca, assolando o interior do estado, havia levado muitas professoras (mais ou menos quinze) a pedirem licença de suas salas de aula devido aos seus escassos vencimentos.

Ainda assim, atento ao expressivo aumento da população escolar na capital do estado, o Diretor-Geral, Manoel Dantas, tornava a insistir na criação de mais 2 escolas de ensino primário. Em 5 de agosto de 1898 (um mês e cinco dias depois da

Quadro 11 - Cadeiras (Escolas Estaduais) do Estado
do Rio Grande do Norte (1897)

Ano	Escola Primária Pública				Matrícula		
	3ª Entrância	2ª Entrância	1ª Entrância	Total	Alunos	Alunos	Total
1897 janeiro a março	4	22	50	76	1.369	1.299	2.668
1897 abril a dezembro	4	22	50	76	1.483	1.376	2.859

Fonte: Rio Grande do Norte (1897a).

Fonte: Rio Grande do Norte (1898b).

publicação daquele relatório), o Congresso Legislativo aprovou, e o governador Joaquim Ferreira Chaves Filho sancionou, a criação de mais 2 escolas primárias na capital Natal (Lei nº 113, de 5 de agosto de 1898). Assim procedendo, o Congresso Legislativo e o governo do estado asseguravam a uma parte da população escolar – sujeitos destinatários da educação escolar primária – o direito civil e social do acesso à educação.

Nesse ano de 1898, com a competência e o consequente encargo orçamentário do estado, foram acrescidas mais 2 escolas

primárias públicas estaduais na capital Natal, uma para meninos e uma para meninas. Dessa forma, a quantidade de escolas primárias públicas estaduais, nesse ano de referência, chegou a 78, sendo 39 masculinas e 39 femininas; 6 escolas de 3ª entrância (capital), 22 de 2ª entrância (cidades- sede de 11 municípios) e 50 de 1ª entrância (vilas-sede de 25 municípios).

E ainda vale registrar o fato de que a Lei nº 119, de 15 de agosto de 1898, elevou a vila de Acari à categoria de cidade. Consequentemente, 5 meses depois (18 de janeiro de 1899), o Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, considerou as 2 escolas primárias públicas estaduais de 1ª entrância daquele município como escolas de 2ª entrância.

Preocupar-se com o progresso da educação escolar era proposta do governador Ferreira Chaves; tanto que, em sua última mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte (14 de julho de 1899), definia ser esta uma das aspirações básicas de um regime democrático:

Bem reconheço que, no regime democrático, os progressos do ensino devem constituir uma das principais aspirações dos governos. Governo do povo pelo povo – a democracia deve ser esclarecida para que o pessoal dirigente seja convenientemente selecionado (RIO GRANDE DO NORTE, 1900b, p. 14).

Em contraponto, admitia terem sido pouco significativos os avanços no desenvolvimento da educação escolar, cuja

expansão estava, portanto, distante de corresponder às necessidades sociais do estado federado do Rio Grande do Norte. Indiscutivelmente, conforme teoriza Cury (2014, p. 17), o direito à educação escolar primária sempre se inscreveu “[...] dentro de uma perspectiva mais ampla dos direitos civis dos cidadãos”.

Em seu terceiro relatório (15 de junho de 1899), o Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas (1900, p. 2), refletia as competências do estado e dos municípios, relativas à educação escolar primária: “A nossa organização autônoma de acordo com os meios ao alcance dos poderes públicos lançou as bases do [sistema de] ensino misto, estadual e municipal, como que para fazer a experiência de uma reforma futura.”

Portanto, o cumprimento dessas competências, em matéria de educação, revelava-se como absolutamente satisfatório quanto ao dever do município de criar e manter escolas primárias públicas. O próprio diretor Manoel Dantas fazia defesa veemente da educação primária de competência do governo municipal, que poderia melhor fiscalizá-la e promovê-la de acordo com as necessidades locais.

Em 1898, a quantidade de escolas primárias públicas municipais alcançou o expressivo número de 48 unidades, aproximadamente 14% a mais em relação ao ano de 1897, com uma matrícula de 1.920 alunos e alunas e uma frequência de 1.419 meninos e meninas.

Já a quantidade de escolas primárias públicas estaduais, nesse mesmo ano, atingiu um total de 78, aproximadamente 5% a mais em relação ao período de abril a dezembro de 1897, com uma matrícula de 2.974 alunos e alunas e uma frequência de 2.588 meninos e meninas. Constata-se, portanto, ter havido um acréscimo de, aproximadamente, 4% em relação ao período de abril a dezembro de 1897, quando a matrícula foi de 2.859 alunos e alunas. O Quadro 12 a seguir registra a quantidade de escolas primárias públicas estaduais por entrância (3^a, 2^a e 1^a) e a matrícula de alunos e alunas no período de abril a dezembro de 1897 e no ano de 1898.

Considerando o ano de 1898, em relação ao número de alunos e alunas matriculados nas 78 escolas primárias públicas estaduais e nas 48 escolas primárias públicas municipais, verifica-se que o direito civil e social à educação escolar primária era concedido para 4.894 alunos e alunas, matriculados em 126 escolas. Ou seja, cada escola primária pública estadual e municipal atingia uma média de 39 alunos e alunas matriculados.

Em 1899, o Congresso Legislativo do Estado discutiu, votou e aprovou a Lei nº 131, de 13 de setembro, que determinava:

Art. 1. Fica desde já, a cargo dos municípios o provimento das cadeiras de instrução primária, sendo os vencimentos dos professores marcados por lei das Intendências e pagos pelos respectivos cofres.

Art. 2. Para esse fim, o Estado subsidiará os municípios com a quantia de 600\$000 rs. anuais, por cada uma das cadeiras até agora mantidas pelo Estado e que se acharem vagas ou forem vagando.

Art. 3. O Estado continuará a pagar os vencimentos que percebem os atuais professores efetivos até que cesse o funcionamento definitivo destes, por morte, renúncia ou qualquer outra causa.

Quadro 12 - Cadeiras (Escolas Municipais) do Estado
do Rio Grande do Norte (abril a dezembro de 1897 e 1898)

Ano	Escola Primária Pública				Matrícula		
	3ª Entrância	2ª Entrância	1ª Entrância	Total	Alunos	Alunos	Total
1897 abril a dezembro	4	22	50	76	1.483	1.376	2.859
1898	6	22	50	78	-	-	2.974

Fonte: Rio Grande do Norte (1898b).

Fonte: Rio Grande do Norte (1900a).

Art. 4. O Governo do Estado expedirá regulamento em que acautele os interesses da instrução pública, estabelecendo os programas de ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 1900c, p. 20).

De conformidade com essa Lei estadual (Lei nº 131, de 1899), foi, efetivamente, formalizado o sistema político misto (estado e municípios) de educação escolar primária, nos termos

do que Cury (2014) qualifica de federalismo educacional. Por um lado, competia ao município a obrigação pelo provimento das escolas (cadeiras) da educação primária, vagas ou que fossem vagando – anteriormente uma prerrogativa do estado. Por outro lado, competia ao estado do Rio Grande do Norte subsidiar a municipalidade (quantia de 600\$000 anuais) por cada escola a ser provida, além de continuar a remunerar o vencimento dos atuais professores. Pelas explicações de Cury (2001), a educação primária pública, com essa delimitação de competências a cargo da municipalidade e a cargo do estado, postulava um ordenamento jurídico e político próprio do regime federativo e republicano.

No início do ano seguinte (25 de março de 1900), o governador Joaquim Ferreira Chaves Filho e o vice-governador Francisco de Sales Meira e Sá transmitiram o governo do estado ao governador e vice-governador eleitos, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e João Dionísio Filgueira.

No período do governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho e de Francisco de Sales Meira e Sá (1896-1900), a educação escolar primária pública e gratuita para meninos e meninas – sujeitos destinatários do direito civil e social à educação escolar – garantiria o princípio federativo da competência do estado (criar, manter e subvencionar escolas primárias) e da municipalidade (criar e manter escolas primárias), nos termos da Constituição

Política do Estado de 1892 (promulgada no governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão) e da Constituição Política do Rio Grande do Norte de 1898 (promulgada no governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho).

No regime federativo e republicano, Amaro Cavalcanti um dos teóricos do federalismo no Brasil, enfatiza: “A Lei deve ser, portanto, *cumprida e executada fielmente*, sobretudo, no regime da República, o qual, como se sabe, [consistiu] essencialmente em substituir o *império* do homem pelo império da Lei.” A cultura de se legislar, que permite vida jurídica e prestígio nacional e internacional a uma nação republicana e federativa, deve ser de utilidade pública, pelo esforço das autoridades políticas, que a movem e adaptam

[...] ao meio, aos indivíduos, aos casos e às circunstâncias, as diversas peças forjadas nas oficinas do trabalho legislativo; sem o que, todas elas, por mais perfeitas que sejam, permaneceriam paradas, incapazes da menor utilidade prática (CAVALCANTI, 1983, p. 312, grifo do autor).

Para o teórico do Contrato Social Jean-Jacques Rousseau (1997, p. 127), a finalidade de todo o sistema legislativo resume-se em dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade. “A liberdade, porque qualquer dependência particular corresponde a outro tanto de força tomada ao corpo do Estado, e a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela.”

Nesse período do governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho e de Francisco de Sales Meira e Sá (1896-1900), o direito civil e social à educação primária para meninos e meninas, nos seus princípios de liberdade e de igualdade, ateu-se aos limites da “coisa pública”, principalmente quanto aos recursos financeiros do estado e dos municípios, em sua quase totalidade, pobres.

A educação escolar primária para meninos e meninas – sujeitos destinatários do direito civil e social de estudar e de aprender –, em seus propósitos republicanos e federativos e como competência primeira dos municípios e depois do estado do Rio Grande do Norte, será objeto de discussão no próximo capítulo.

Capítulo Quatro

A educação primária pública como dever dos municípios e do estado (1900-1904)

O acontecimento histórico da eleição do advogado Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e do Juiz de Direito João Dionísio Filgueira, respectivamente, como governador e vice-governador do Rio Grande do Norte, promoveu a competência primeira dos municípios no aumento da quantidade de escolas primárias municipais para meninos e meninas, sujeitos destinatários do direito civil e social de estudar e de aprender.

Este capítulo debate as políticas públicas estritas da educação escolar primária e de seus sujeitos destinatários, e das competências acumulativas pertinentes aos municípios e ao estado do Rio Grande do Norte.

Governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, eleito pelo voto direto

O advogado Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e o Juiz de Direito João Dionísio Filgueira, eleitos em 14 de junho de 1899 e empossados em 25 de março de 1900, respectivamente, como governador e vice-governador do Rio Grande do Norte, administraram o estado por 4 anos (25 mar. 1900 a 25 mar. 1904).

O governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão – eleito com apenas 26 anos e empossado com 27 anos de idade – era irmão do ex-governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e foi Secretário dos Governos de Pedro Velho (1892-1896) e Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1898). O historiador Souza (2008, p. 315) ressalta que Alberto Maranhão foi “[...] o mais jovem governador republicano do Rio Grande do Norte”.

Em sua primeira mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado (14 de julho de 1900), Alberto Maranhão declarou a plena consciência do Rio Grande do Norte na excelência do regime federativo. Para o governador Alberto Maranhão (RIO GRANDE DO NORTE, 1900f, p. 6), a estrutura político-administrativa do estado republicano e federativo do Rio Grande do Norte sobressaía-se por uma “[...] ação harmônica e independente dos poderes constitucionais [que] se exercita e coadjuva sem atritos perturbadores e sem intervenções absorventes”.

Em 1900 – ano de seca – o governador Alberto Maranhão informou ao Congresso Legislativo, a inevitável redução da receita orçamentária, consequência da insuficiente arrecadação dos tributos públicos. A educação pública, seriamente comprometida com a prática educacional de professores e de alunos, carecia de uma reforma completa, o que demandaria vultosos dispêndios, infelizmente não comportados pela receita orçamentária. Nesse ano de seca, a alternativa residiria no estímulo à iniciativa privada, por meio de proteções legais.

No seu relatório de Diretor-Geral da Instrução Pública (25 de junho de 1900), o professor de geografia do Atheneu, Manoel Dantas, retomava a discussão do sistema de ensino misto (conforme consta no Capítulo Quatro), com a competência acumulativa do estado e dos municípios no direito à educação primária para meninos e meninas em idade escolar.

Para Manoel Dantas (RIO GRANDE DO NORTE, 1900d, p. 1), o Congresso Legislativo, ao aprovar a Lei de 1899 (Lei nº 131, de 13 de setembro de 1899), delegou aos municípios o provimento das escolas primárias. No entanto, esse encargo não foi assumido por alguns deles. De todo modo, parecia “[...] muito cedo ainda para adiantar juízo sobre essa disposição legislativa”. De certo, sabe-se que, no relatório do Diretor-Geral Manoel Dantas (1900), havia o registro de 11 escolas primárias criadas e mantidas nos termos da Lei nº 131, de 13 de setembro de 1899 (Quadro 13).

Quadro 13 - Escolas Primárias Municipais com a competência
acumulativa do estado e dos municípios (1900)

Localidade	Município	Escolas			Número de Escolas
		Masculinas	Femininas	Mistas	
Caicó	Caicó	1	-	-	1 escola masculina
Goianinha	Goianinha	1	-	-	1 escola feminina
Santa Cruz	Santa Cruz	1	-	-	1 escola feminina
São Gonçalo	São Gonçalo	1	-	-	1 escola masculina
Taipú	Taipú	1	-	-	1 escola masculina
Sant'Ana do Matos	Sant'Ana do Matos	1	-	-	1 escola masculina
Flores	Flores	1	-	-	1 escola masculina
Serra Negra	Serra Negra	1	-	-	1 escola masculina
Cuitezeiras	Cuitezeiras	1	-	-	1 escola masculina
Jardim de Angicos	Jardim de Angicos	-	1	-	1 escola feminina
Triunfo	Triunfo	-	1	-	1 escola feminina
11 (onze) localidades	11 (onze) municípios	9 escolas masculinas	2 escolas femininas	-	11 escolas primárias

Fonte: Rio Grande do Norte (1900d).

Pelo sistema de ensino misto, com a correspondente competência acumulativa do estado e municípios no direito à educação primária para meninos e meninas em idade escolar, 11 escolas

primárias municipais haviam sido incluídas sob o encargo orçamentário do estado (Quadro 13).

Como efeito desse federalismo no plano das competências entre estado e municípios, aquelas 78 escolas primárias para meninos e para meninas com o encargo orçamentário apenas do estado (ano de 1898) foram reduzidas para 64 escolas para meninos e para meninas 35 nesse ano de 1900. Portanto, quando comparado o ano de 1898 e o ano de 1900, houve um decréscimo de, aproximadamente, 18%; certamente, como causa da crise econômica e dos problemas humanos e sociais da seca de 1900.

No relatório do Secretário do Governo Henrique Castriciano (26 de junho de 1900), estão especificadas as escolas primárias masculinas, femininas e mistas (além da matrícula e da frequência às expensas do município (Quadro 14)).

Quadro 14 - Cadeiras (Escolas Municipais) do Estado
do Rio Grande do Norte (1900)

Localidade	Município	Escolas			Matrícula	Frequência
		Masculinas	Femininas	Mistas		
Natal	Natal	-	2	-	81	68
Natal	Natal	1	-	-	16	14
Ponta Negra	Natal	-	1	-	31	26
Ponta Negra	Natal	1	-	-	21	17
Laranjeira do Cosme	São José de Mipibu	1	-	-	19	12
Vera Cruz	São José de Mipibu	1	-	-	18	13
Lagoa Salgada	São José de Mipibu	1	-	-	28	18
Goianinha	Goianinha	1	-	-	54	44
Goianinha	Goianinha	-	1	-	28	20
Espírito Santo	Goianinha	1	-	-	25	20
Canguaretama	Canguaretama	-	1	-	35	27
Barra do Cunhaú	Canguaretama	1	-	-	19	16
Cuitezeiras	Cuitezeiras	1	-	-	20	16
Campo de São João	Nova Cruz	1	-	-	-	-
Santo Antônio	Santo Antônio	1	-	-	39	26
Macau	Macau	-	2	-	96	85
Alagamar	Macau	-	-	1	22	22
Barreiros	Macau	-	-	1	32	30
Imburanas	Macau	1	-	-	16	16
Pendência	Macau	-	1	-	35	30
Tabatinga	Macau	1	-	-	25	25
Pedrinha	Macau	-	-	1	25	25
Touros	Touros	-	1	-	10	08
Boa-Cica	Touros	1	-	-	30	25
São Bento	Touros	1	-	-	13	10
Taipú	Taipú	1	-	-	36	25
Baixa Verde	Taipú	1	-	-	26	18
Areia Branca	Areia Branca	1	-	-	-	-
Areia Branca	Areia Branca	-	1	-	38	22

A Educação escolar primária no Estado Federativo
do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Grossas	Areia Branca	1	-	-	47	35
Mossoró	Mossoró	-	1	-	17	15
Alto Conceição	Mossoró	-	-	1	58	55
Porto	Mossoró	-	-	1	25	25
Macambira	Mossoró	-	-	1	18	18
São Sebastião	Mossoró	-	-	1	20	20
Riacho Grande	Mossoró	-	-	1	11	11
Barbosa	Mossoró	-	-	1	11	11
Chafariz	Mossoró	-	-	1	15	15
Taboleiro Alto	Mossoró	-	-	1	21	21
Sant'Ana	Mossoró	-	-	1	10	10
Caicó	Caicó	1	-	-	40	20
Carapebas	Angicos	-	-	1	19	16
Gaspar Lopes	Angicos	1	-	-	22	18
Parelhas	Jardim do Seridó	1	-	-	26	18
Baldum	Sant'Ana do Matos	-	1	-	-	-
São Rafael	Sant'Ana do Matos	-	1	-	-	-
Barriguda	Martins	1	-	-	31	15
Monte Alegre	Luiz Gomes	-	-	1	26	21
Panema	Triunfo	-	-	1	22	16
45 localidades	19 municípios	23 escolas masculinas	13 escolas femininas	15 escolas mistas	1.277	1.038

Fonte: Rio Grande do Norte (1900e).

Por esse relatório do Secretário do Governo do estado do Rio Grande do Norte, 19 municípios (dentre os 37) cumpriam a sua competência de criar e manter escolas. Esses 19 municípios estavam encarregados, orçamentariamente, por 51 escolas primárias.

Nesse ano (1900), era o seguinte o quadro institucional da obrigação dos municípios para com a educação primária: 8

escolas municipais encontravam-se em cidades-sede do município; 8 escolas em vilas; 32 em povoações; 2 em pequenos lugares; e 1 em um arraial. Desse total de escolas primárias públicas municipais, pelo menos 23 eram masculinas; 13 femininas; e 15 mistas (Quadro 14).

Quando comparada a quantidade de escolas municipais entre os anos de 1898 e 1900, percebe-se um relativo acréscimo de escolas municipais e do direito à primeira educação de meninos e meninas, que pode ser assim explicado: em 1898, as escolas municipais eram 48. Em 1900, equivaliam a 51. Em outras palavras, no período de 2 anos (1898-1900), sucedeu um acréscimo de 6% na quantidade de escolas primárias municipais.

No ano de 1898, 17 municípios cumpriam a competência de criar e manter escolas; já no ano de 1900, 19 municípios chegaram a efetivar essa competência. Assim, no período de 2 anos (1898-1900), houve um acréscimo de 12% na quantidade ou na obrigação dos municípios que haviam criado e mantinham escolas primárias públicas.

No ano de 1900, conforme o relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública Manoel Dantas (25 de junho de 1900) e o relatório do Secretário do Governo do estado do Rio Grande do Norte Henrique Castriciano (26 de junho de 1900), havia, pelo menos, 126 escolas primárias públicas no Rio Grande do Norte: 64 escolas estaduais, 51 escolas municipais e 11 com a competência acumulativa do estado e dos municípios.

Passado o período de 1 mês e 10 dias após a publicação daqueles relatórios do ano de 1900, o Congresso Legislativo decretou, e o governador do estado sancionou a Lei nº 146, de 6 de agosto de 1900, cujo propósito era confirmar o sistema misto de ensino quanto às competências do estado e dos municípios, relativas à educação escolar primária. Nos termos da Lei, assim ficou determinado:

Art. 1º - Enquanto não se reorganizar a instrução pública do Estado sobre bases que lhe assegurem, na prática, uma utilidade correspondente aos sacrifícios exigidos por esse serviço, não serão providas as cadeiras do ensino primário, vagas ou que forem vagando.

Art. 2º - Como auxílio às Intendências, a quem competirá o provimento e custeio das referidas cadeiras, o Tesouro lhes abonará, por cada uma delas, em prestações trimestrais, a quantia de 600\$000 por ano.

§ Único - Essas prestações serão pagas, em vista de requisição escrita dos presidentes das Intendências e mediante recibo dos respectivos tesoureiros ou procuradores, pela mesa de rendas ou coletorias do município sede da escola, ou quando não o houver, pela do município mais próximo.

Art. 3º - O Diretor da Instrução Pública poderá propor suspensão do auxílio a que se refere o artigo antecedente, quando, por si ou por seus delegados, verificar que a intendência não dá a devida aplicação ao mesmo auxílio.

- a) deixando de prover a escola.
- b) provendo-a por professores sem necessária capacidade literária e moral.
- c) deixando de fiscalizar a assiduidade dos professores e a frequência efetiva dos alunos, que não poderá ser inferior a doze.

Palácio do Governo do Rio Grande do Norte, em Natal, 6 de agosto de 1900. 12ª da República. Alberto Maranhão. Henrique Castriciano de Souza (RIO GRANDE DO NORTE, 1901c, p. 33-34).

Prioritariamente, aos municípios competia efetivar o provimento de escolas (cadeiras) de educação primária vagas ou que fossem vagando (anteriormente responsabilidade do Estado). Na correspondente competência acumulativa do estado e dos municípios, o estado deveria auxiliar os municípios com a quantia de 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais para cada uma das escolas municipais providas com professores e alunos. Nas palavras do educador e pensador Nestor Lima (1927, p. 153): “O regime instituído pela Lei 131, de setembro de 1899, fora corroborado pela Lei nº 146, de 6 de agosto de 1900, proibindo o provimento pelo Estado das cadeiras vagas ou que fossem vagando.”

O governador Alberto Maranhão, na sua segunda mensagem dirigida ao Congresso Legislativo (14 de julho de 1901),

engrandecia a legislação educacional vigente no estado, que fazia honra

[...] por seu espírito liberal e tendências democráticas – aos seus dignos elaboradores, que jamais se arrecearam de consignar nos nossos estatutos [...] todos os são princípios que fazem o melhor das conquistas modernas, no terreno do direito.

Mas, na prática, a educação escolar exigia reformas que melhorassem o modo de ensinar e de aprender.

No seu relatório seguinte, o Diretor-Geral da Instrução Pública (15 de junho de 1901) reforça aquela ideia do governador Alberto Maranhão de que a educação escolar pública estaria a exigir uma reforma completa e radical nos moldes de ensinar e de aprender. Todavia, para esse alcance eram necessárias vultosas quantias financeiras.

Por esse relatório do Diretor-Geral, o sistema de ensino misto, com a correspondente competência acumulativa do estado e dos municípios no direito à educação para meninos e meninas em idade escolar (no cumprimento da Lei nº 131, de 13 de setembro de 1899), estava sendo efetivado em 16 escolas primárias providas com o encargo orçamentário de 16 municípios do estado (Quadro 15). O Diretor-Geral, Manoel Dantas, nesse relatório assim registra:

As Intendências municipais criaram, proveram e se acham funcionando muitas outras cadeiras (escolas), em quase todos os municípios, merecendo um ato de louvor as Intendências de Mossoró e Macau, por serem as que mais possuem cadeiras por ela estipendiadas. Pelos dados existentes nesta repartição, incompletos ainda, vê-se que a matrícula nessas escolas, em geral, subiu, no trimestre de janeiro a março do corrente ano ao número de 1.650 (RIO GRANDE DO NORTE, 1901a, p. 5).

Quadro 15 - Cadeiras (Escolas Primárias Municipais) com a competência acumulativa do estado e dos municípios (1901)

Localidade	Município	Escolas			Número de Escolas
		Masculinas	Femininas	Mistas	
Caicó	Caicó	1	-	-	1 escola masculina
Acari	Acari	1	-	-	1 escola masculina
Macaíba	Macaíba	-	1	-	1 escola feminina
Goianinha	Goianinha	1	-	-	1 escola masculina
Santa Cruz	Santa Cruz	1	-	-	1 escola masculina
São Gonçalo	São Gonçalo	1	-	-	1 escola masculina
Taipú	Taipú	1	-	-	1 escola masculina
Sant'Ana do Matos	Sant'Ana do Matos	1	-	-	1 escola masculina
Flores	Flores	1	-	-	1 escola masculina
Serra Negra	Serra Negra	1	-	-	1 escola masculina
Cuitezeiras	Cuitezeiras	1	-	-	1 escola masculina
Currais Novos	Currais Novos	1	-	-	1 escola masculina
Caraúbas	Caraúbas	1	-	-	1 escola masculina
Jardim de Angicos	Jardim de Angicos	-	1	-	1 escola feminina
Triunfo	Triunfo	-	1	-	1 escola feminina
Serra Negra	Serra Negra	-	1	-	1 escola feminina
16 (dezesseis) localidades	16 (dezesseis) localidades	12 escolas masculinas	4 escolas femininas	-	16 escolas primárias

Fonte: Rio Grande do Norte (1900e).

Quando comparada a quantidade de escolas primárias públicas com a correspondente competência acumulativa do estado e dos municípios, nos anos de 1900 e 1901, atesta-se um relativo acréscimo no número dessas escolas e no direito à primeira educação de meninos e meninas, conforme discriminamos a seguir: em 1900, as escolas primárias públicas, sob tais condições, eram 11; em 1901, eram 16, definindo-se, portanto, no período de tempo de 1 ano (1900-1901), um acréscimo de 33%.

Por sua vez, no ano de 1902, as escolas estaduais decresciam para 56, para meninos (23 ou 41%) e para meninas (33 ou 59%). Isso se devia, certamente, ao federalismo no plano das competências acumulativas entre o estado e os municípios do Rio Grande do Norte. Em 1903 (por falta de dados na documentação pesquisada), presume-se a permanência da quantidade de escolas primárias públicas estaduais e municipais.

Consoante as normas da política republicana e federativa, em 1904, o governador Alberto Maranhão sucedia o governo do estado para o advogado, político e historiador Augusto Tavares de Lyra (eleito em 14 de junho de 1903). Em sua mensagem ao passar o governo (25 de março de 1904), Alberto Maranhão apreciava o mérito da competência acumulativa entre estado e municípios no provimento de escolas de educação primária. No entanto, parecia-lhe uma política estrita de pouca eficiência.

Na mensagem abaixo, o governador Alberto Maranhão refletia que, para um perfeito sistema de ensino misto (competência acumulativa entre estado e municípios), seria indispensável uma reforma completa e radical do ensino, com uma fundamentação teórica da educação moderna e na prática de ensinar e de aprender.

Muito falta, porém, ainda, para uma perfeita organização do ensino, que só poderá obter-se com melhores e mais vastas instalações e um maior desenvolvimento disciplinar, teórico e prático, baseado numa sólida preparação primária que facilite e alieire o trabalho dos lentes, em regra ainda obrigados, para o consciencioso desempenho de suas funções, a explicar nas aulas superiores e a grande número de alunos os rudimentos das respectivas matérias. Essa preparação primária só será possível com a criação de escolas muito diversas das existentes em quase todos os municípios; com a substituição e aumento dos professores; com melhores vencimentos que permitam ao governo a exigência de um rigoroso exercício regulamentar, o que acarretará despesas não pequenas, que atualmente não comportam nossos orçamentos (RIO GRANDE DO NORTE, 1905a, p. 9-10).

Ao término do governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e João Dionísio Filgueira (1900-1904), no estado federativo do Rio Grande do Norte, estima-se que havia 110 escolas primárias públicas, sendo 52 estaduais, 34 municipais e 24 com a competência acumulativa do estado e dos municípios. Essas 110 escolas primárias públicas apresentavam uma matrícula

efetiva de 46 alunos e alunos e uma frequência média de 39 meninos e meninas em cada escola.

No período do governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e João Dionísio Filgueira (1900-1904), a educação escolar primária pública e gratuita para meninos e meninas – sujeitos destinatários do direito civil e social à educação escolar – mantinha a garantia do princípio federativo da competência do estado (criar, manter e subvencionar escolas primárias) e da municipalidade (criar e manter escolas primárias), nos termos da Constituição Política do Estado, de 1892, promulgada no governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, e da Constituição Política do Rio Grande do Norte, de 1898, promulgada no governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho.

No Rio Grande do Norte, a efetivação progressiva do sistema de ensino misto, com a correspondente competência acumulativa do estado e dos municípios no direito à educação para meninos e meninas em idade escolar, imprescindivelmente, legitimava a formalização do regime federativo e do governo republicano e representativo.

Por um lado, é necessariamente no governo republicano e representativo – pelas teorizações de Rousseau (1997, p. 136) – que se encontra o corpo político de Estado (legisladores, governantes, administradores), qual seja, “[...] um corpo intermediário estabelecido entre os súditos e o soberano para sua

mútua correspondência, encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, tanto civil como política”. Por outro lado, como teoriza Rousseau (1997, p. 105): “Pelo Pacto social, demos existência e vida ao corpo político. Trata-se, agora, de lhe dar, pela legislação, movimento e vontade [...]”

De fato, no primeiro governo de Antônio José de Mello e Souza (1907-1908), o Congresso Legislativo elaborou e aprovou uma lei (Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907) (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 5), autorizando o governo a reformar a educação pública “[...] dando especialmente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade”.

E foi, então, no segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913), que aquela diretriz do ensino primário, com moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade efetivou-se mediante uma legislação educacional consoante ideias pedagógicas e sociais dominantes, especialmente quanto às escolas primárias homogêneas e homogeneizadoras da educação escolar da criança.

Conclusão

No Rio Grande do Norte, a história da educação escolar primária pública, gratuita e republicana, no decurso dos governos eleitos de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896), de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1900) e Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900-1904), é, sobretudo, a história da institucionalização jurídica e política e de uma relativa efetivação de um sistema de ensino misto, com a competência acumulativa entre o estado e os municípios no ato de criar, subvencionar e manter escolas de educação escolar primária pública e gratuita como direito civil e social para meninos e meninas em idade escolar. Imprimia-se, assim, um caráter político-pedagógico à educação escolar primária pública e gratuita, afirmando-se o princípio federativo da divisão de competências entre os estados e os municípios.

Assim, nesses 15 (quinze) anos (1889-1904) de regime republicano e federativo no estado do Rio Grande do Norte, a educação escolar primária pública não foi preceito constitucional da nação federativa brasileira, mas preceito constitucional das Constituições Estaduais, em que foi concebida – conforme Cury (2001, p. 289), como “[...] tarefa pública não obrigatória, com alguma exceção”.

A educação escolar primária pública e gratuita como direito civil e social para meninos e meninas, mediante a competência acumulativa entre estado e municípios, foi, a princípio, gradualmente efetivada com o governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896), em que se contou com um total de 76 escolas estaduais e 33 escolas municipais. No governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1900) contabilizaram-se 64 escolas estaduais e 51 escolas municipais. No governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900-1904), registra-se o número de 52 escolas estaduais e 34 escolas municipais.

Portanto, considerando o governo de Pedro Velho (1892-1896) e o governo de Alberto Maranhão (1900-1904), constata-se um decréscimo proporcional de 9% na quantidade de escolas estaduais e, ao mesmo tempo, um acréscimo de, aproximadamente, 9% na criação de escolas municipais.

As ideias políticas e jurídicas elaboradas pelos homens públicos do Rio Grande do Norte, como pode ser visto no *corpus* documental pesquisado (mensagens governamentais, relatórios dos Diretores da Instrução Pública, legislação educacional nacional e estadual, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), Constituições do Estado do Rio Grande do Norte (1891, 1892, 1898)), apresentavam encadeamento lógico, histórico e conceitual consoante os fundamentos republicanos, federativos, representativos e liberais da nação brasileira.

Em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte (31 de janeiro de 1895), o governador Pedro Velho atribuía aos governos democraticamente eleitos o dever de respeitar a autonomia do Estado, pressuposto essencial do regime republicano e federativo. A legitimação do Estado federativo seria, pois, a causa pública primordial dos legisladores e dirigentes políticos. Na mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado (14 de julho de 1898), o governador Ferreira Chaves enaltecia, como representante do Poder Executivo, o sentimento público de estado federativo no Rio Grande do Norte – alicerce teórico-jurídico e político da República brasileira.

Na mensagem para o Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte (14 de julho de 1900), o governador Alberto Maranhão afirmava que a estrutura político-administrativa do Rio Grande do Norte estava sendo condizente com a de um estado republicano e federativo, com seus poderes executivo, legislativo e judiciário harmônicos e interdependentes. O Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, em seu relatório (15 de junho de 1899), discutia as competências do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte relativas à educação escolar primária pública e gratuita, que estavam baseadas, teórico-jurídica e politicamente, no sistema de ensino misto, representados pelas obrigações legais do estado e dos seus 37 municípios.

Efetivamente, as ideias políticas e jurídicas dos representantes do poder executivo do Rio Grande do Norte – nesse período de 1889 a 1904 – alicerçavam-se, de alguma forma, nos fundamentos republicanos, federativos, representativos e liberais de pensadores clássicos como Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e Amaro Cavalcanti.

Na visão Rousseau (1997), o Estado republicano, federativo e de governo legítimo é, indispensavelmente, regido por leis, para que assim se dirige a coisa pública para o interesse coletivo. Consoante o filósofo Immanuel Kant (2014), o Estado republicano e federativo compreende um sistema representativo para, em nome do povo e de todos os cidadãos, promover os direitos civis por intermédio das leis elaboradas e aprovadas pelos legisladores. Assim, a vontade geral do povo deve ser o fundamento originário de todas as leis públicas.

O jurista e político norte-rio-grandense Amaro Cavalcanti (1983) refletiu e teorizou sobre o Estado republicano e federativo, que deveria, necessariamente, ser ordenado por leis públicas. Amaro Cavalcanti defende que as leis públicas no regime republicano e federativo, consistem, acima de tudo, na coparticipação dos estados membros no exercício da soberania nacional – condição profícua para os indivíduos em seus direitos e deveres, como partícipes de uma coletividade nacional.

Por conseguinte, nesse período de 1889 a 1904, a educação como ensino para a criança aprender a estudar os saberes elementares do ler, do escrever e do contar, além do aprender a obedecer, pela escola primária pública e gratuita, foi direito civil e social para poucos meninos e meninas em idade escolar do Rio Grande do Norte.

Nesse período (1889-1904), a educação escolar, instituída para a infância mediante Constituições, regulamentos, leis educacionais, baseava-se naquelas ideias políticas, jurídicas e conceituais dos representantes do poder executivo, atinentes ao regime republicano, federativo, representativo e liberal. De alguma forma, essas ideias fundamentavam-se nas teorizações de Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e Amaro Cavalcanti quanto ao Estado republicano, federativo, representativo, participativo, regido por leis públicas e formado por cidadãos com direitos e deveres, partícipes de uma coletividade nacional.

Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Políticas educacionais e Estado federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil**. Curitiba: Appris, 2013.

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da Colônia à Primeira República**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

ARAÚJO, Marta Maria de. A educação escolar da criança à época do governo Pedro Velho (Rio Grande do Norte, 1892-1896). In: BUENO, Almir de Carvalho (org.). **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2009.

ARAÚJO, Marta Maria de. A criança, educação de escola (São Paulo e Nordeste do Brasil, 1890-1930). In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, a que se refere o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil** (décimo primeiro fascículo: de 1 a 30 de novembro de 1890). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. Constituições Brasileiras – 1891. Aliomar Baleeiro, Organizador.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia de Pedro Velho**. Natal: Departamento de Imprensa, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador**. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CAVALCANTI, Amaro. **Regime federativo e a República brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**. Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas constituições**. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; MACEDO, Muirakytan Kennedy de; BRITO, Paula Sônia de; DANTAS, Maria Isabel. O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 48-84, dez. 2010; mar. 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)**. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Federalismo e educação no Brasil republicano: dilemas da organização educacional (1889-1930). **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 38, n. 2, p. 109-120, abr.-jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26897/pdf_94. Acesso em: 16 set. 2016.

KANT, Immanuel. **Princípios metafísicos da doutrina do direito**. Tradução Joãozinho Beckenkamp. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés; LEONARDI, Paula. História da educação no quadro das relações sociais. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 207-227, jan./abr. 2017.

LIMA, Nestor. **Um século de ensino primário**. Natal: Typographia d'A República, 1927.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2008.

LOBO, Aristides. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Velho [1889]. Natal, 19 nov. 1889. *In*: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros** (Brasil – séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SOUSA, Sandra Zákia. Introdução. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Ata da Proclamação da República no Rio Grande do Norte e aclamação do presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão para o Governo. Natal, 17 de novembro de 1889. *In*: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965a.

RIO GRANDE DO NORTE. Ata de deposição do governador Miguel Joaquim de Almeida Castro e da aclamação e posse da Junta Governativa do Estado. Natal, 28 de novembro de 1891. *In*: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 1, de 7 de dezembro de 1889. Adere à República Federativa Brasileira, nos termos em que foi proclamada provisoriamente pelo Governo, no Decreto nº 1, de 15 de novembro último.**

Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896a. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 2, de 20 de dezembro de 1889. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o ano financeiro de 1890.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896b. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 15, de 3 de março de 1890. Suprime cadeiras de instrução onde as houver em duplicata.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896c. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 72, de 6 de novembro de 1890.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896d. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. Promulgada pelo Decreto nº 91, de 20 de janeiro de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896e. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 92, de 3 de fevereiro de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896f. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 94, de 28 de fevereiro de 1891. Eleva a 2ª entrância a cadeira de 1ª [entrância] de instrução primária da Vila de São Gonçalo.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896g. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 95, de 28 de fevereiro de 1891. Restabelece a cadeira primária do Taipú.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896h. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 105, de 1 de maio de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896i. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 106, de 5 de maio de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896j. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 107, de 6 de maio de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896k. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 108, de 6 de maio de 1891.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896l. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891).

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 6, de 30 de maio de 1892. Autoriza o Governador do Estado a fazer a reforma do ensino.** Natal: Typographia d'A República, 1896m. Leis do Congresso (1892 a 1895).

RIO GRANDE DO NORTE. **Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado do Rio Grande do Norte a que se refere o Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892. Reorganiza a Instrução Pública do Estado.** Natal: Typographia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896n. Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (de 17 de dezembro de 1891 a 3 de dezembro de 1895).

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Governador do Estado em 31 de janeiro de 1895.** Natal: Typographia d'A República, 1896o.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Francisco Pinto de Abreu. Natal, 1º de julho de 1895.** Natal: Typographia d'A República, 1896p.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Governador do Estado em 14 de julho de 1895.** Natal: Typographia d'A República, 1896q.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 67, de 30 de agosto de 1895.** Natal: Typographia d'A República, 1896r. Leis do Congresso (1892 a 1895).

RIO GRANDE DO NORTE. **Regulamento Geral da Instrução Pública. Aprovado pelo Decreto nº 60, de 14 de fevereiro de 1896.** Natal: Typographia d'A República, 1896s.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Secretário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão.** Natal, 15 de junho de 1896. Natal: Typographia d'A República, 1896t.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Vice-diretor Geral da Instrução Pública, Horácio Barreto de Paiva Cavalcanti.** Natal, 1º de julho de 1896. Natal: Typographia d'A República, 1896u.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves Filho ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de julho de 1896.** Natal: Typographia d'A República, 1896v.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Presidente Adolpho Affonso da Silva Gordo em 8 de fevereiro de 1890.** Natal: Typographia d'A República, 1890a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Presidente Jeronymo Americo Raposo da Camara em 10 de março de 1890.** Natal: Typographia d'A República, 1890b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte do Estado do Rio Grande do Norte pelo governador Francisco Amyntas da Costa Barros em 10 de junho de 1891.** Natal: Typographia do Rio Grande do Norte, 1891a.

RIO GRANDE DO NORTE. Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte promulgada em 21 de julho de 1891. Natal: Typographia do Rio Grande do Norte, 1891b.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte pelo Presidente Miguel Joaquim de Almeida Castro em 20 de setembro de 1891. Natal: Typographia do Rio Grande do Norte, 1891c.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Rio Grande do Norte pela Junta Governativa do mesmo Estado em 20 de fevereiro de 1892. Natal: Typographia d'A República, 1892.

RIO GRANDE DO NORTE. Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte promulgada pelo Congresso Estadual em 7 de abril de 1892. Natal: Typographia d'A República, 1895.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, João Tiburcio da Cunha Pinheiro Junior. Natal, 13 de junho de 1893. Natal: Typographia d'A República, 1893a.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Secretário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão. Natal, 15 de junho de 1893. Natal: Typographia d'A República, 1893b.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Governador do Estado em 14 de julho de 1893. Natal: Typographia d'A República, 1893c.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Antônio José de Mello e Souza. Natal, 14 de junho de 1894. Natal: Typographia d'A República, 1894a.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Governador do Estado em 14 de julho de 1894. Natal: Typographia d'A República, 1894b.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Natal, 5 de julho de 1897. Natal: Typographia d'A República, 1897a.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves Filho ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de julho de 1897. Natal: Typographia d'A República, 1897b.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Secretário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Joaquim Soares Raposo da Câmara. Natal, 15 de junho de 1898. Natal: Typographia d'A República, 1898a.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Natal, 30 de junho de 1898. Natal: Typographia d'A República, 1898b.

RIO GRANDE DO NORTE. Constituição Política do Rio Grande do Norte promulgada pelo Congresso Constituinte do Estado em 11 de julho de 1898. Natal: Typographia d'A República, 1898c.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de julho de 1898. Natal: Typographia d'A República, 1898d.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 113, de 5 de agosto de 1898. Natal: A República, 6 ago. 1898e. p. 2.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Natal, 15 de junho de 1899. Natal: Typographia d'A República, 1900a.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte em 14 de julho de 1899. Natal: Typographia d'A República, 1900b.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 131, de 13 de setembro de 1899. Manda que fique a cargo dos municípios, o provimento das cadeiras de instrução primária e dá outras providências. Atos legislativos e Decretos do governo do Estado no Rio Grande do Norte (1899). Natal: Empresa d'A República, 1900c.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas. Natal, 25 de junho de 1900. Natal: Typographia d'A República, 1900d.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Secretário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Henrique Castriciano. Natal, 26 de junho de 1900. Natal: Typographia d'A República, 1900e.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo governador Alberto Maranhão.** Natal: Typographia d'A República, 1900f.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas.** Natal, 15 de junho de 1901. Natal: Typographia d'A República, 1901a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quarta legislatura pelo governador Alberto Maranhão.** Natal: Typographia d'A República, 1901b.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 146, de 6 de agosto de 1900. Declara que enquanto não reorganizar a instrução pública, não serão providas as cadeiras de ensino primário, vagas ou que forem vagando, e dá outras providências. **Atos legislativos e Decretos do governo do Estado no Rio Grande do Norte** (1900). Natal: Typographia d'A República, 1901c.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas.** Natal, 15 de junho de 1902. Natal: Typographia d'A República, 1902a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da segunda sessão da quarta legislatura pelo governador Alberto Maranhão.** Natal: Typographia d'A República, 1902b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Secretário do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Henrique Castriciano.** Natal: [s. n.], 15 de junho de 1903.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo governador Alberto Maranhão.** Natal: Typographia d'A República, 1905a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria Geral da Instrução Pública. Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas.** Natal, 15 de junho de 1904. Natal: Typographia d'A República, 1905b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra.** Natal: Typographia d'A República, 1905c.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. Actos Legislativos e Decretos do Governo (1907).** Natal: Typographia d'A República, 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 174, de 5 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado “Augusto Severo”. Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909).** Natal: Typographia d'A República, 1909.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político.** Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores, v. 1).

SEGUNDO, Israel Maria dos Santos; LIMA, Rogério de Araújo; SPINOSA, Vanessa. Masculinidade, Vingança e Direito: um estudo de caso. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 3., 2008, Mossoró. **Anais [...]**. Mossoró: Associação Nacional de História/Seção do Rio Grande do Norte, 2008. 1 CD-ROM.

SEGUNDO, Israel Maria dos Santos. **A estrutura estatal de educação escolar pública brasileira**: escolas de primeiras letras e legislação da Colônia e do Reino do Brasil (1808-1822). 2012. 80 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2012.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte**: 1889-1930. Natal: EDUFRN, 2008.

VELHO, Pedro. Manifesto ao Povo – Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Natal, 21 de novembro de 1889. *In: CASCUDO*, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965a.

VELHO, Pedro. Manifesto da Proclamação da República no Rio Grande do Norte. Natal, 15 de novembro de 1889. *In: CASCUDO*, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**: da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965b.

Autores

Israel Maria dos Santos Segundo

Servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É Mestre em Educação e em Direito nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Direito da UFRN. Exerce a advocacia na área de Direito Civil.

E-mail: israel.segundo@ufrn.br

Marta Maria de Araújo

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É pesquisadora e orientadora de trabalhos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, no campo dos estudos de História da Educação, especialmente sobre a educação de mulheres no Rio Grande do Norte e no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos Histórico-Educacionais (UFRN-CNPq) e líder do Grupo Pesquisa Educação de Mulheres ao Longo dos Séculos XIX e XX (CNPq). Editora da Revista Educação em Questão.

E-mail: martaujo@uol.com.br



Este livro foi produzido
pela equipe da EDUFRRN
em janeiro de 2023.

